

Jordan Gusta Junqueira



OLISIPO

BOLETIM
TRIMESTRAL
DO GRUPO
"AMIGOS DE LISBOA"



ANO XVII — N.º 65

JANEIRO DE 1954

Teodoro Lopes Ramos



O mais antigo fabricante de
Lanternas estilos D. João V,
Renascença, Pombalino,
D. Maria I, etc.



Fornecedores de LANTERNAS para MINISTÉRIOS
O. P., PALÁCIO DE QUELUZ, POUSADAS de
TURISMO, S. P. N., PALÁCIOS e SOLARES
PORTUGUESES, etc.



119 — RUA DO DIARIO DE NOTICIAS — 119
(Esquina da Travessa da Queimada)

LISBOA

CIMENTO TEJO

CANTARIAS — MÁRMORES

ANTÓNIO MOREIRA RATO & F.^{os}, L.^{da}

Telefone 60879

Telegramas — RATOFILHOS

Avenida 24 de Julho, 54-G
LISBOA



Camilo Castelo Branco

O mais apreciado e o mais português
de todos os romancistas

Edição popular das suas principais obras
em 80 volumes

Conheça, Leia, Aprecie Divulgue

CAMILO

EDIÇÕES DA

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA

RUA AUGUSTA, 44 a 54

Telef. 31730 End. teleg. PARCEPEREIRA

AMIGOS DE LISBOA

Para efectuarem os seus Seguros,
preferiam a conhecida Companhia
Ingleza

LEGAL & GENERAL

com Sede em PORTUGAL na
Avenida dos Aliados, 58
PORTO

Em LISBOA
Rua do Alecrim, 38-2.º
FOGO — ACIDENTES
PESSOAIS — CRISTAIS

TODOS OS PRODUTOS DA

COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

SUPERIOR, FRANCÊS, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, VIC,
AVIZ, PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS, SPORTING, ETC., ETC.

são fabricados com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos,
para bem servir os fumadores

COMPANHIA

DE

DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
com o capital de Esc. 179.300.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes na Província
de ANGOLA em regime de exclusivo

SEDE SOCIAL:

LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12 - 2.º — Teleg. DIAMANG

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cor. António Lopes Mateus

PRESIDENTE DOS GRUPOS ESTRANGEIROS

Mr. Firmin Van Brée

VICE - PRESIDENTE

Banco Burnay

ADMINISTRADOR - DELEGADO

Com. Ernesto de Vilhena

Direcção Geral na Lunda

Director geral

*Eng. Rolando Sucena Baptista
de Sousa*

Representação em Luanda

Representante

*Cap. Mário Augusto
da Costa*

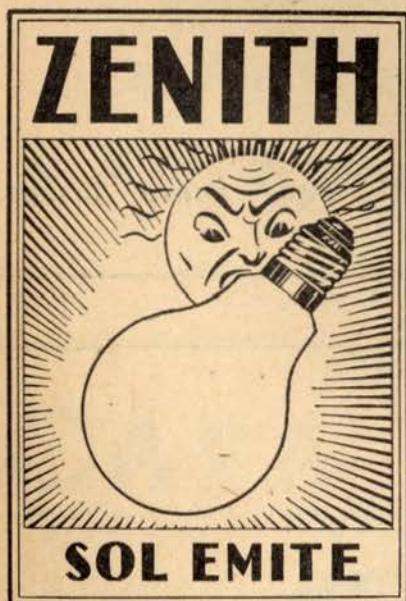
Bertrand (Irmãos), L.^{da}

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA



FOTÓLITO
DESENHO

T. Condessa do Rio, 27 — Telef. 2 1368 2 1227



B. DIAS & DIAS, LIMITADA

— COM —

Oficina de Torneiro de Metais
Instalações para Água, Gaz
e Electricidade

Retretes de luxo nacionais e estrangeiras. Autoclimos de vários sistemas. Lavatórios e banheiras de esmalte e zinco e esquentadores a gasolina e para gaz. Candieiros para gaz e electricidade petróleo, gasolina e gaz acetilene, camisas e chaminés de todas as qualidades. Campainhas, telefones, trinco eléctrico, motores de electricidade. Vende a melhor lampada económica Philips de filamento metálico e Nitra. Lava louças e todos os artigos referentes a folha branca. Fazem-se todos os trabalhos pertencentes à sua indústria

Colocação de Bombas e Consertos

11-F, Rua Nova da Trindade, 11-F
LISBOA

Telefone 2 2648

MÉTODO CALIGRÁFICO

por PINTO DE MESQUITA, professor jubilado

Acaba de sair a 7.^a edição O mais completo de todos os métodos Um volume com 110 modelos, 17\$50. Do mesmo autor: Cadernos com Pautas Caligráficas, adaptadas ao método, riscado especial para Letra Inglesa—Cursivo, Cursivinho, Bastardo — Bas ardinho — cada 3\$00. RESUMO de Taquigrafia Commercial 2.^a edição, com mapas geométricos representativos da formação dos signos (letras e sons), 10\$00. Premiados com as medalhas de Prata e bronze nas Exposição do Rio de Janeiro, 1908-1922. Pedidos á

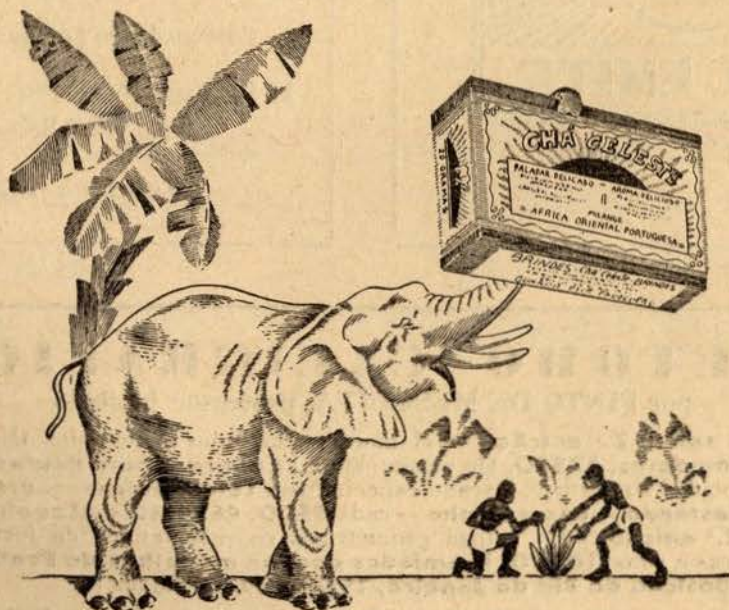
LIVRARIA ALBANO DE SOUSA & BARBOSA, L.^{DA}
Largo Martim Moniz, 2.º Pavilhão (Ourivesarias) Loja n.º 2-Telef. 31456-LISBOA

Os «Amigos de Lisboa»

preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa



ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES
PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Avenida Sidónio Pais, 14, r/c.-E.

TEL. 4 9313 — LISBOA

— e Praça D. Filipa de Lencastre, 22, 6.º

Telefone 2 6251 — PORTO

CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes, Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS ENGLISH SPOKEN

Porcelanas da Vista Alegre

Já há seis gerações que os lisboetas as apreciam

==== LARGO DO CHIADO, 18 — LISBOA ====

Adega MESQUITA

de

Domingos Mesquita & Filho



RUA DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 107
TELEFONE 28307 • LISBOA

Edições da "PORTUGÁLIA"

SOBRE LISBOA



A CARAVELA E OS CORVOS

por *SUSANNE CHANTAL*. — OS
oito séculos da história da Capital,
num encantador livro de 500 páginas
30\$00

A NOSSA LISBOA

por *MATOS SEQUEIRA* e *PAS-
TOR DE MACEDO*. — Prémio «Jú-
lio de Castilho» da C. M. L.
40\$00

GUIA E PLANTA DE LISBOA

por *NORBERTO DE ARAÚJO* e
ANTÓNIO SOARES.

Edição portuguesa **15\$00**
Edição francesa **15\$00**
Edição inglesa **15\$00**



A venda em todas as Livrarias

OURIVESARIA DA GUIA

FUNDADA EM 1875

No seu sortido de pratas apresenta as mais belas cópias de modelos antigos
Serviços — Serpentinhas — Salvos e Tabuleiros

Rua Martim Moniz, 2-10 — Telefone 28336

Rua da Mouraria, 7-11 (junto à Capela de N.ª S.ª da Saúde)

LISBOA



OLISIPO

B O L E T I M T R I M E S T R A L

ANO XVII

JANEIRO DE 1954

NÚMERO 65

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

Edição e Propriedade do

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administ.: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º — Telefone 2 5711

Comp. e imp. na «Editorial Império, Lda.» — Rua do Salitre, 151/155

SUMÁRIO

	Pág.
O Quartel das «Guardas de Corpo» na Ajuda, por <i>Alfredo Ferreira do Nascimento</i>	3
Actividade Cultural no trimestre passado	9
Palavras proferidas pelo Sr. Dr. Eduardo Neves na visita à Igreja do Santo Condestável	10
Palavras proferidas pelo Sr. Dr. José Pinto de Aguiar na inauguração da Exposição Antoniana	11
A vida atribulada de uma companhia lisboeta de Viação pelo Sr. Eng. António Paes de Sande e Castro	13
Almoço «Olisiponense»	27
Os inimigos de Lisboa, diálogo de Matos Sequeira interpretado pelos artistas Srs. Francisco Ribeiro e Vasco Santana	29
Aos «Amigos de Lisboa», versos de Fernando Farinha, cantados pelo autor	35
O Museu de Marinha, por <i>Henrique Marques Júnior</i>	36
A Bemposta (O Palácio da Rainha) — (Conclusão), por <i>Luís Moita</i>	39
Assembleia Geral do Grupo em 1953	51
Feira da Ladra	56
Acção Cultural do Grupo «Amigos de Lisboa» durante o ano de 1953	58

NA CAPA — A estátua da Virgem no transepto da Sé, sob o arco do Cruzeiro

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores



Aprígio Mafra



Dr. Perry Vidal



Henrique Marques J.º

O Grupo perdeu, no final do ano que passou, alguns dos seus elementos mais activos e prestantes, a cuja memória e serviços agora prestamos a nossa homenagem.

Dois sócios fundadores quis o Destino que nos tivessem de abandonar — o grande jornalista que foi Aprígio Mafra, homem de espírito, trabalhador infatigável e camarada exemplar, e o Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal, Director da Biblioteca da Ajuda, investigador especializado em herálica e genealogia, que várias vezes nos deu a sua colaboração para este Boletim, e no Grupo foi conferencista.

Aqui lhe damos o nosso tributo de saudade.

Outro sócio dos antigos e cuja presença na nossa sede era frequente, levou-o a morte também. Foi Henrique Marques Júnior, herdeiro de uma tradição familiar de trabalho probo e útil, de uma modéstia que quase enternecia, com uma afeição por esta casa que até nas suas atitudes se evidenciava. Henrique Marques, que foi um dos pioneiros entre nós da literatura infantil, faz falta. Era um dos colaboradores mais frequentes deste Boletim e recentemente aqui andava publicando a sua ronda pelos Museus de Lisboa.

Dos três Amigos, caídos no caminho, aos que continuam nele fica-lhes uma boa recordação.

O QUARTEL DAS «GUARDAS DE CORPO» NA AJUDA

por ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

EM boa verdade não se pode dizer que os acontecimentos que eclodiram em França em 1789, fruto de uma preparação lenta mas cuidadosa e consequência de uma série de circunstâncias favoráveis, tivessem, logo de início, causado grande sobressalto nos outros países da Europa, tão inevitáveis, e até aceitáveis, os previam, e consideravam, todos aqueles que atenta e interessadamente vinham observando a marcha da política interna francesa. Não é exagero afirmar mesmo que alguns países os receberam com certa satisfação. Neste caso se situava a Inglaterra, ferida pela atitude de franco auxílio prestado pela França à América a quando da guerra da independência, e a Prússia que das consequências daquela convulsão calculava friamente vir a recolher vantagens que contribuissem para um engrandecimento por que ansiava. Não tardou muito, porém, que a evolução dos acontecimentos os fizesse mudar de atitude.

Aquela onda inicial de conformidade, digamos mesmo de simpatia, também atingiu alguns Portugueses e entre estes duas personalidades que, pelas altas funções que exerciam, se encontravam estreitamente ligadas à condução da nossa política externa. É conclusão fácil a que se chega através da correspondência trocada entre Luís Pinto de Sousa Coutinho — secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra — e D. Vicente de Sousa Coutinho — embaixador em Paris —, correspondência de que Caetano Beirão nos dá elucidativa e pormenorizada notícia na sua história do reinado de D. Maria I.

Outras autoridades reagiram, logo nos primeiros tempos, de forma bem diferente. Assim, Pina Manique não tardou a accionar os meios ao seu dispor, no sentido de evitar que Portugal fosse sensivelmente atingido pelo contágio de um mal que ele antevia como de possíveis desastrosas consequências para a segurança das instituições. Seabra da Silva — secretário de Estado dos Negócios do Reino —, além de prestar todo o apoio à atitude do Intendente, advertiu severamente a Mesa Censória cuja acção, em demasia tolerante, muito poderia concorrer para o alastramento de doutrinas cujos efeitos urgia neutralizar. E ameaçou até de substituir todos os seus componentes se a sua estranha indiferença pronto se não modificasse. Não deixou igualmente a Igreja, agindo no seu campo, de levantar o alarme procurando con-

trabater, assim, a difusão de princípios que temia viessem, na prática, a sacudir perigosamente os alicerces da ordem estabelecida e em que ela desempenhava papel de certo modo preponderante.

Pouco durou o entusiasmo inicial de Luís Pinto de Sousa e do nosso representante em Paris. A forma como os acontecimentos evoluíram não tardou em convencê-los de que haviam falhado nas suas previsões e que, portanto, se tinham embrenhado por caminhos errados. E, então, é o próprio D. Vicente de Sousa Coutinho quem insiste com o ministro para que seja urgentemente criada uma guarda com a missão especial «de defender a pessoa da Rainha e o trono» (1). Luís Pinto de Sousa, também já possivelmente alarmado, resolve pôr em prática a medida de segurança que lhe é recomendada e, assim, a 15 de Dezembro de 1790, no palácio de Nossa Senhora da Ajuda, submetia à assinatura da Rainha um alvará (2) determinando que, tendo em vista o que exigia «o prestígio da Real Pessôa e o do Estado», se procedesse à indispensável criação de uma *Guarda de Corpo a Cavallo* destinada a servir privativamente a Rainha, os Príncipes e Infantes da casa real e família. A organização da Guarda far-se-ia consoante o plano aprovado pela soberana e que baixava com o alvará.

Temos fortes razões para supor que aquele plano — ou antes regulamento — tenha sido elaborado de harmonia com o «Projecto da formação de hum Corpo de Guardas Reaes a Cavallo» (3) cuja autoria é atribuída ao conde de Oyenhausen, e de onde respigamos as notas que seguem.

Assim, seria o seguinte o quadro orgânico da guarda:

1 — capitão;	1 — quartel-mestre;
1 — 2.º capitão;	1 — timbaleiro;
5 — tenentes;	2 — trombetas;
4 — oficiais inferiores;	2 — cirurgiões;
8 — cabos de esquadra;	1 — espingardeiro;
120 — soldados;	1 — picador;

50 moços de cavalaria.

A um oficial inferior caberia ser o porta-estandarte enquanto que a outro eram cometidas as funções de ajudante.

(1) *Caetano Beirão* — D. Maria I, Lisboa, 1944, pág. 407.

(2) Arquivo Histórico Militar — Colecção Conde de Lippe — Caixa 17, pasta 19.

(3) *Ibidem*, Caixa 17, pasta 44.

Para a elaboração deste projecto é possível que tenham contribuído dois relatórios existentes nesta colecção, e na mesma caixa, mas com os n.ºs 34 e 35 e, respectivamente, intitulados «Organização do regimento das guardas de corpo espanholas» subscrito por Bento Alberto da Gama Sá, e «Organização do Corpo de Reais Guardas de S. M. Católica, composto de companhias espanhola, italiana e flamenga», sem assinatura.

Os oficiais seriam todos pessoas de qualidade. Os oficiais inferiores, os cabos de esquadra e os soldados deveriam pertencer à nobreza, sendo inteiramente excluídos do alistamento aqueles que não fossem daquela classe. À Guarda poderiam ser agregados os oficiais que se apresentassem para dela fazerem parte, mas não teriam direito a soldo que só lhes seria abonado quando passassem a efectivos segundo a sua antiguidade.

Ao capitão, ao segundo capitão e aos oficiais agregados, qualquer que fosse o seu posto, não lhes seria permitida a transferência para as unidades do exército. Os tenentes, depois de haverem servido 5 anos, poderiam ser propostos pelos comandantes dos regimentos de cavalaria para ingressarem nas suas unidades com o posto de capitão. Entre os restantes capitães tomariam a antiguidade que lhes dessem as suas patentes de tenente na guarda.

Aos oficiais inferiores era reconhecido igualmente o direito de passarem aos regimentos de cavalaria após os mesmos 5 anos de serviço. O seu ingresso no exército teria lugar no posto de tenente e a antiguidade contada desde a data em que tivessem sido nomeados para a guarda. O mesmo se observaria a respeito dos cabos de esquadra e soldados que, depois do mesmo tempo de serviço, podiam passar para as unidades de cavalaria no posto de alferes com o mesmo favor quanto às suas antiguidades.

A «Guarda de Corpo a Cavallo» não faria outro serviço além do de escoltar a Rainha e a família real e montaria, com duas sentinelas, uma guarda à porta dos aposentos da soberana. Fardaria de encarnado, canhões, bandas e cabeção azul, veste e forro cor de palha ou branco, com bordadura ou galão de prata.

Ao capitão era atribuído o soldo de tenente-general; ao 2.º capitão o de marechal de campo e ao tenente o de capitão de cavalaria. Os oficiais inferiores perceberiam o soldo correspondente ao de tenentes de cavalaria, enquanto que os cabos de esquadra e os soldados eram, para o efeito de vencimentos, equiparados a alferes. Todos seriam anualmente fardados à custa da corte, excluindo-se contudo desta regalia o fornecimento de fardetas.

Aos moços de cavalaria abonar-se-ia pré e ração de pão semelhantes ao que recebiam os soldados de cavalo do exército.

Os quartel-mestre, timbaleiro, trombetas, picador, espingardeiro e cirurgiões seriam pagos da mesma forma que o eram os dos regimentos de cavalaria da tropa de linha.

Finalmente, o capitão receberia rações para 6 cavalos, o 2.º capitão para 4, cada tenente para 3 e cada oficial inferior para 2.

A despesa anual com a «Guarda de Corpo a Cavallo» era calculada em 140.000 cruzados.

Ao Conde de Oyenhausen é, igualmente, de atribuir a autoria de um outro projecto, este respeitante a «hum Regimento de guardas Reaes a Pé» (4) que seria formado por um regimento de infantaria que adoptaria outra designação mas que manteria a mesma organização. Outro processo era previsto para formar aquele regimento qual seria o de tirar por escolha soldados das diversas unidades de infantaria e em alistar voluntários. Neste último caso o regimento de guardas reais a pé passaria a ser o 24.º regimento de infantaria do exército.

Fardaria, como a «Guarda de Corpo a Cavallo» de encarnado, canhões, bandas e cabeção de preto, veste, forro e calções cor de palha ou branco, os oficiais com galões ou bordadura de prata, os oficiais inferiores, cabos de esquadra e os soldados com galões de lã, mas os oficiais inferiores fariam uso de chapéus com galão de prata.

Os oficiais seriam todos, obrigatoriamente, como para a guarda a cavallo, pessoas de qualidade. O coronel equiparado a tenente-general, o tenente-coronel a marechal de campo, o major a coronel, os capitães a tenentes-coronéis, os tenentes a capitães e os alferes a tenentes.

Para o preenchimento destes postos chegaram a ser nomeados, coronel, o Conde de Soure, tenente-coronel, o Marquês de Angeja, major, o Conde de Assumar, Capitães, os Condes de Óbidos e de S. Lourenço, D. Braz da Câmara e D. Braz da Silveira. Subalternos, os Condes de Vila Verde, Cantanhede, Atalaia, Tarouca, etc. (5).

Dado que a esta unidade seria exigível uma melhor apresentação, reconhecia-se a necessidade de aumentar ao soldo dos oficiais inferiores mais 20 réis por dia e ao dos cabos e soldados mais 10 réis.

Para a manutenção deste regimento previa-se uma despesa anual de 120.000 cruzados, além de ser objecto de um acréscimo de despesa, também anual, de 50.000 cruzados para a Caixa Militar.

A missão que exclusivamente seria atribuída ao regimento era a de guardar o paço e as residências reais.



Para alojamento das «Guardas de Corpo» — a pé e a cavallo — foi decidida a construção de um quartel, cujo projecto foi confiado ao coronel engenheiro José Mathias de Oliveira Rego (6). Para a sua

(4) Arquivo Histórico Militar — Caixa 17, pasta 45.

(5) *Caetano Beirão* — D. Maria I, Lisboa, 1944, nota 19 a pág. 407.

(6) Este oficial foi, em começos de 1797, encarregado por Luís Pinto de Sousa de dirigir as obras de adaptação, do colégio do convento da Estrela, a hospital destinado às tropas inglesas então recém-chegadas a Lisboa. *Christovam Ayres* — História Política e Orgânica do Exército Português, Provas, Vol. VIII, pág. 443.

implantação foi escolhido um terreno situado do lado nascente da Calçada da Ajuda, e assentando quase na base do declive da montanha que do Alto da Ajuda se precipita em vertente rápida, de norte para sul. Sobranceiro, e a curta distância, ficava já um outro quartel, do regimento do Conde de Lippe — hoje infantaria n.º 1 — separados, um do outro, apenas pela Rua dos Quartéis.

As obras, que tiveram início pelas indispensáveis terraplenagens, foram oficialmente inauguradas em 20 de Junho de 1791 e dirigidas pelo coronel Romão José do Rego (7), assistido pelo capitão Francisco de Brito Rebelo (8), ambos engenheiros.

A edificação projectada, com pretensões a construção monumental, incluía além do corpo principal com frente a sul — de quatro pavimentos com corredor central — um outro, que não teve execução, perpendicular àquele e deitando sobre a Calçada da Ajuda.

Em 1796, por falecimento do coronel Romão, assumiu a direcção das obras o coronel Oliveira Rego, a quem, com data de 5 de Junho do mesmo ano, o capitão Brito Rebelo dirigiu um curioso relatório dando conta do estado de adiantamento da construção, o qual já tinha permitido o alojamento de alguns destacamentos nacionais e estrangeiros. As cavalaria, fronteiras ao edifício, encontravam-se, então, ocupadas pelo regimento do príncipe de Mecklemburgo.

Mais tarde foi encarregado de dirigir os trabalhos o capitão Brito Rebelo, mas a partir de 1 de Junho de 1806 passou a superintender neles a recém-criada repartição de obras públicas.

As «Guardas de Corpo» nunca ocuparam o quartel, para elas expressamente construído, por não terem chegado a ser efectivamente organizadas. Para tal, deveriam ter concorrido, de forma decisiva, não só circunstâncias de ordem económica, mas também, e sobretudo, acontecimentos militares e políticos de certa importância — o envio da divisão auxiliar ao Russilhão, a infeliz campanha de 1801, a transferência da família real para o Brasil e, por fim, a guerra peninsular. É possível, pelo menos não nos repugna admitir a hipótese, que se tivesse reconhecido ser de maior utilidade a criação de um corpo

(7) «Foi nomeado capitão de infantaria com exercício de engenheiro, por carta patente de 3 de Março de 1757, sargento-mor de infantaria com o mesmo exercício em 5 de Abril de 1762 e coronel em 24 de Junho de 1789». — *Ibidem*, pág. 444.

Temos conhecimento de que, em Janeiro e em Setembro de 1793, Romão José do Rego procedeu, por ordem de Luís Pinto de Sousa, a meticulosas inspecções à linha de fortes que se estendiam desde a Torre de S. Vicente de Belém até à praia do Guincho. Possuimos cópias dos respectivos relatórios.

(8) *Sousa Viterbo*, a pág. 136 e seguintes do vol. I do seu Dicionário dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses, dá-nos uma desenvolvida biografia deste oficial.

policial e que de facto, como é sabido, veio a ter efectivação com o estabelecimento, em 1801, da «Guarda Real de Polícia», a que ligamos um «Projecto para a formação de hum Corpo Militar para a Deffeza e Segurança de Lisboa» ⁽⁹⁾, cuja autoria é attribuída, como os que se referem às «Guardas de Corpo», ao Conde de Oyenhausen.

O quartel da Calçada da Ajuda, a que nos vimos referindo, é, desde há bastantes anos, occupado pelo Regimento de Cavalaria 2 — Lanceiros — sucessor, por virtude da reorganização de 1806, do regimento de Cavalaria da Praça de Moura, e por cujas fileiras passaram, entre outros, o Infante D. João, duque de Beja; o rei D. Carlos, quando herdeiro do trono; o Príncipe Real D. Luís Filipe; Joaquim Mouzinho de Albuquerque, o herói de Chaimite, e o Marechal Carmona, que, sendo tenente-coronel, o comandou desde 28 de Fevereiro de 1916 até 12 de Janeiro de 1918.



⁽⁹⁾ Arquivo Histórico Militar — Coleção Conde de Lippe, Caixa 17, pasta 47.

ACTIVIDADE CULTURAL NO TRIMESTRE PASSADO

A *BRIU* ao público o salão da nossa nova sede com a Exposição Antoniana, organizada com a colecção do nosso consócio Sr. Dr. José Pinto Morais da Cruz Aguiar.

Esse certame chamou à nossa sede mais de 600 pessoas e na sua abertura o expositor proferiu as palavras que adiante se publicam, tendo-lhe respondido o nosso Presidente.

Durante o período da Exposição o nosso Vice-Presidente Sr. Gustavo de Matos Sequeira, proferiu uma conferência fartamente concorrida sobre O Culto de Santo António, que oportunamente se publicará.

A 29 de Novembro realizou-se a visita de estudo à Igreja do Santo Condestável, sob a direcção do nosso consócio Sr. Architecto Vasco Palmeiro (Regaleira), autor do respectivo projecto. Durante a visita foram proferidas algumas palavras do referido architecto, que oportunamente se publicarão, e o signatário proferiu, o que a seguir se publica, junto da urna que contém os restos mortais do Santo Condestável.

Em Dezembro realizou-se uma conferência na sede, sob o título «Atribuições duma Companhia Lisboeta de Viação», pelo Sr. Eng.º António Pais de Sande e Castro (dos Archeólogos Portugueses), que se publica a seguir, e fizeram-se visitas ao Observatório Astronómico da Ajuda, sob a direcção do seu illustre Director o Académico Sr. Doutor Manuel Peres.

Esteve exposto na sede o «Álbum Antoniano», propriedade do Sr. António da Silva Penna Peralta, de Aveiro, e realizou-se um «Almoço Olisiponense», de que adiante se faz desenvolvida referência. — E. N.

PALAVRAS PROFERIDAS PELO SR. DR. EDUARDO NEVES NA VISITA À IGREJA DO SANTO CONDESTÁVEL

Começou lá em baixo, ao fundo da encosta, por alturas de 1384, o ardor patriótico de Nuno Álvares na sua faina de expulsar do solo pátrio o inimigo castelhano.

Ainda em pleno reinado de D. Fernando, imberbe alferes, com 24 anos, numa correria louca e já iluminada de fé e patriotismo, fá-los recolher a bordo, a quando do segundo cêrco à cidade, e eram 200 castelhanos contra 50 dos nossos.

Assim o refere Antero de Figueiredo no capítulo «A sua primeira façanha» no livro *Leonor Telles*.

Depois da agitada vida, ardorosa, cheia de vitórias, de rasgos de ascetismo e arroubos místicos, estes seus restos mortais estiveram sucessivamente, em campa rasa, no Mosteiro do Carmo de Lisboa, levantado por ele em honra de Nossa Senhora do Vencimento, depois em sumptuoso túmulo de mármore, mandado de França por sua 4.^a neta a Duquesa de Borgonha e cujo modelo, em madeira, ainda hoje existe no Museu Arqueólogo da douta Associação dos Arqueólogos Portugueses, visto o primitivo ter sido aniquilado pelo terramoto de 1755.

Foram depois os seus ossos para S. Vicente de Fora, em 1918 regressaram para o Carmo, então para a Capela da Ordem Terceira, onde estiveram junto aos ossos de sua mãe, conforme disposição sua, até 1952 em que foram trasladados para aqui, primeiro na Capela-Mor, depois na cripta, e há poucos dias tumulizados no sarcófago artístico que actualmente está sob o Altar-Mor.

O Cortejo da transladação, a que assisti no Largo da Estrela fazia pena por ver a vulto tão grande ter sido prestada homenagem tão pequena. É que era um Santo e um Herói nacional, grande general e excelso patriota.

Falar de Nuno Álvares é falar na época de D. João I, da Fé acrisolada e do Cristianismo desse tempo, vida demais sabida de todos nós, portugueses, e para todos, para lhe fazer o elogio ou referir a história basta citar o seu nome ou contemplar a sua imagem, o que se não faz nunca sem um frémido misto de patriotismo e religiosidade vibrando em uníssono o corpo e o espírito.

Matos Sequeira disse há pouco, na sua magnífica conferência sobre o Culto de Santo António, que ante os seus despojos, na sua monumental basílica de Pádua todos emudecem e se transformam. Aqui, também, embora nesta simplicidade, todos vibram e se recolhem.

É santo recente, é certo, embora o pedido da sua canonização

venha desde 1441, mas está de há muito santificado no Altar da Pátria, como vos disse nas «Ruínas do Carmo», quando as visitámos pela primeira vez em Maio de 1937 percorrendo as suas naves no alvorecer destas nossas andanças a descobrir Lisboa a nós mesmos.

Bem andei, pois, em inaugurar as nossas actividades neste ano com homenagens a dois varões ilustres e santos bem nossos e da nossa Lisboa. O primeiro, Santo António, que entre nós nasceu, com uma Exposição, para com ela inaugurarmos a nossa nova sede, e hoje em vir aqui visitar o templo da evocação e a visitar e a homenagear os restos mortais de outro varão também ilustre e santo que embora nascido em 25 de Junho de 1370 em Sernache do Bonjardim, entre nós nasceu para a glória, pois morreu no Carmo a 1 de Novembro de 1430.

Seria pois prolixo — quiçá deselegante para todos — dizer mais, acerca de quem é vulto tão grande e está no altar de todos os crentes e no coração de todos os portugueses, mormente de nós, lisboetas.

PALAVRAS PROFERIDAS PELO SR. DR. JOSÉ PINTO DE AGUIAR NA INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO ANTONIANA

Senhor Presidente da Junta Directiva
do Grupo «Amigos de Lisboa»:
Minhas Senhoras:
Senhores:

São para V. Ex.^a, Senhor Presidente, as minhas primeiras palavras, para lhe agradecer a distinção que me conferiu, convidando-me a expor nas salas do Grupo, a que me honro de pertencer também, a minha modesta colecção antoniana. Aceite, pois, V. Ex.^a a expressão do meu reconhecimento, extensivo a quantos me deram a honra da sua presença, nesta singela cerimónia inaugural.

Quanto ao valor da colecção exposta, permito-me apenas destacar o entranhado carinho com que, ao longo de 12 anos, a fui realizando, sem qualquer outra pretensão que não fosse a de revelar a mim próprio até onde subiu e se alongou, não só em Portugal mas ainda em todo o Mundo, a extraordinária figura de Santo António, cujo rastro luminoso da sua passagem pela terra, nem o tempo, nem as convulsões humanas lograram afectar ou empalidecer. De facto, a projecção da sua santidade, da sua cultura e do seu talento atingiu os quatro cantos do Globo, impressionando tanto os meios intelectuais da sua época como a sensibilidade das camadas populares.

A sucessiva recolha de estampas, feita, primeiro, por curiosidade,

e, depois, com verdadeira paixão, deu-me a consoladora certeza de que nenhuma das altas figuras dos «Flós Sanctorum» conseguiu, como Santo António de Lisboa, conquistar o respeito e a admiração dos povos do Mundo inteiro.

Efectivamente, a irradiação do culto de Santo António, espalhando-se rapidamente, após a sua morte, pela Europa Central, pela África e pelo Ocidente, «ficou desde então a medir-se com a catolicidade da Igreja Romana».

«Nenhuma figura da História atingiu semelhante irradiação — afirma-o o poeta Afonso Lopes Vieira, — nenhum alcançou mais que este Santo o privilégio de jamais envelhecer na Eternidade».

Os navegadores e colonizadores portugueses perpetuaram o seu nome nas novas terras que deram à humanidade e, assim, o culto topónimo antoniano, a breve trecho, ultrapassou as fronteiras do Império. Na Europa, na África, na Ásia, nas Américas, e, especialmente no Brasil, o Santo Português é invocado a cada passo, através das cidades, vilas e aldeias, rios, cabos e fortalezas...

«Quem viaja pelo estrangeiro — observa o Doutor António de Vasconcelos — nota em toda a parte, Espanha, França, Holanda, Suíça, Alemanha e restante Europa, e, bem assim, na Ásia, Américas e Oceania — a devoção profunda, radicadíssima, universal, consagrada ao português Santo António.

«Em quase todas as Igrejas, lá por fora, se vê a sua imagem inconfundível, num altar que lhe é especialmente consagrado; e este altar distingue-se de todos os outros pelo maior número de velas, pelas lâmpadas sempre acesas, pela profusão de flores e adornos...».

Através dos asilos e hospitais, que lhe têm sido consagrados, e dessa obra admirável, conhecida por *O Pão de Santo António*, o nome do Santo português projecta-se em todos os continentes. O seu responso, inicialmente composto em latim, por Frei Julião de Spira, faz parte da liturgia da Igreja e está traduzido em todas as línguas do Mundo.

O culto antoniano possui, assim, tamanha força de irradiação que as mulheres de Jerusalém — não apenas as cristãs de diversos ritos, mas até as muçulmanas — costumam, no dia 13 de Junho, vestir os seus filhos pequeninos com o hábito castanho, e, atando-lhes à cinta a corda simbólica, vão à Igreja do Salvador oferecê-los a Santo António. E até na Síria, onde também lhe consagram especial devoção, é prática corrente, entre muçulmanos e hebreus, vestirem as crianças com o hábito franciscano, quando salvas de grave enfermidade. Por isso, com razão escreveu alguém que Santo António de Lisboa foi o primeiro português que se universalizou, e bem fez o Papa Leão XIII em proclamá-lo *O Santo de Todo o Mundo*.

Minhas Senhoras:
Senhores:

A exposição que acaba de ser inaugurada documenta, embora modestamente, a afirmação pontifícia. Nela se reuniram mais de 600 espécies, constituídas especialmente por pequenas estampas, litografias, gravuras e algumas imagens de 17 países, desde a Alemanha à América do Norte, Áustria, Bélgica, Brasil e o Canadá, até à Checoslováquia, Grécia, Egipto, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Polónia, Suíça e Portugal. Na apresentação das estampas, seguiu-se o princípio de as expor por ordem alfabética, em relação aos respectivos países. Assim, melhor se pode evidenciar como são diferentes as interpretações do Santo português, através e consoante as características das diversas raças e os flagrantes contrastes, que daí resultam.

Foi, segundo nos parece, o método mais aconselhável, se bem que, por vezes, idênticas interpretações nos surjam em países diferentes, distinguindo-se nelas, todavia, o mesmo fervor apaixonado de profunda admiração pelo génio do nosso taumaturgo.

Esta exposição, portanto, é uma homenagem singela ao maior Português de todos os tempos, ao maior Santo de todas as idades, a António, o Santo Português de Lisboa, e que, sendo legítimo filho de Portugal, nosso irmão de sangue e de raça, Leão XIII — uma das mais fulgurantes inteligências do Papado —, proclamou, como fica dito, «*O Santo de Todo o Mundo*».

A VIDA ATRIBULADA DE UMA COMPANHIA LISBOETA DE VIAÇÃO

Conferência pelo Sr. Eng. António Paes Sande e Castro

Ex.^{mo} Sr. Presidente:
Minhas Senhoras:
Meus Senhores:

No 1.º de Junho de 1882, na sala das sessões da Câmara Municipal de Lisboa, o presidente José Gregório da Rosa Araújo, leu um officio do engenheiro-chefe da repartição técnica, Frederico Ressano Garcia, em que se indicavam as condições a impor para se conceder, a Raul Mesnier de Ponsard, engenheiro distinto, «licença para o estabelecimento e exploração de diversos planos inclinados no interior da cidade». A vereação concordou e resolveu lavrar o termo da concessão,

o que se fez em documento lançado a folhas 13 do livro de contratos, no dia 3 seguinte.

Por ele se concedeu a Mesnier, ou à empresa que ele organizasse e para a qual transferisse os seus direitos, «a licença para estabelecer oito planos inclinados para transporte de passageiros e mercadorias» nas seguintes ruas de Lisboa:

- 1.º — Calçada da Glória;
- 2.º — Rua da Imprensa Nacional;
- 3.º — Calçada do Lavra até à Rua do Convento de Santana;
- 4.º — Calçada de Agostinho de Carvalho, Calçada do Monte e Travessa de Nossa Senhora do Monte;
- 5.º — Rua dos Cavaleiros, Calçada de Santo André e Calçada da Graça;
- 6.º — Calçada de Santa Apolónia, Rua da Cruz de Santa Apolónia e Rua do Vale de Santo António;
- 7.º — Rua de S. João da Mata; e
- 8.º — Calçada da Estrela.

O concessionário ficou obrigado à apresentação dos projectos de todos os planos inclinados até 31 de Dezembro do mesmo ano de 1882; e a depositar, até 31 de Janeiro de 1883, como garantia, a soma de 10 contos de réis, que seria levantada somente quando os planos estivessem todos conhecidos. O prazo máximo para a execução das obras não poderia ultrapassar o último dia de Maio de 1884; no fim de 99 anos, tudo, material fixo e circulante, seria entregue à Câmara. A concessão caducaria: se não estivessem concluídas as obras na data fixada; se não fosse iniciada a exploração no prazo máximo de dois meses a contar da mesma data; e, também, se fosse interrompida a exploração de qualquer dos planos por espaço de seis meses. Tudo isto, como veremos, foi letra morta.

No próprio dia em que era assinado este contrato de concessão, fundava-se uma empresa, com o capital de 250 contos e o nome de «Companhia dos Ascensores Mechanicos de Lisboa», para a qual Raul Mesnier trespassava os seus direitos. A escritura social foi lavrada nas notas do tabelião Cosmelli, e nela outorgaram, como instaladores, entre outros o conselheiro Mouta e Vasconcelos, o doutor Abel da Mota Veiga, António Pereira dos Santos Beirão, Manuel Joaquim Gomes (que já criara o elevador do Bom Jesus, em Braga) e Mesnier, que ficou sendo o engenheiro da empresa.

As gazetas logo rejubilaram; e uma delas, no estilo empolado da época, dizia: «Está definitivamente fundada a empresa que vae dotar

Lisboa com este importante melhoramento. Acabaram as montanhas. Vão ser annullados pelos arrojados da industria os violentos relevos orographicos que tornavam inacessiveis os pontos altos da cidade á maioria dos moradores dos seus valles, e produziãtão ponderosos estragos na economia d'aquelles que eram forçados pelas necessidades da vida a trepa-los em longas e fatigantes ascenções. Subir do Rocio, ou do Passeio, a São Pedro de Alcantara, da Mouraria á Graça, de São Domingos ao Campo de Sant'Ana, da rua de São Bento á Estrella, de tantos pontos baixos a tão ingremes eminencias sem dar um passo, sem ter um esfalfamento, sem rebentar uma veia, ou sem ensaiar uma tísica, só uma empreza arrojada e benemerita o poderia conseguir»!!

Logo semanas depois, a empresa concessionária requeria à Câmara que se modificassem *ligeiramente* algumas das condições do contrato; a Câmara acedeu, consentindo que dois planos ficassem concluídos até 31 de Maio de 1884 e os restantes seis até 31 de Maio de 1887; porém se, nesta última data, algum ou alguns dos planos não estivessem concluídos, caducaria a concessão e a empresa pagaria 1 conto de réis, de multa, por cada plano não terminado. O mundo está cheio de... más intenções!

Dificuldades de vária ordem obrigam a empresa, novamente e em prazo curto, a pedir outra prorrogação; a Câmara dòcilmente concorda que o elevador do Lavra fique pronto até 31 de Maio de 1884, o da Glória até um ano depois, e os restantes dentro dos quatro anos seguintes.

Não se imagine que, então, Lisboa não conhecia mais que *char-à-bancs* e ónibus ou *riperts*; já havia «americanos» da Carris desde 1873 e esta companhia acabava de encomendar na Alemanha, em Wurzburg, um carro para fazer carreiras para alguns pontos *elevados* da cidade, e que podia andar sobre carris ou fora deles. E, num sonho que só foi realidade quase 20 anos depois, um senhor Carlos Basto requeria privilégio para um engenhoso «sistema de carros americanos de transporte de passageiros, movidos por força electrica, e applicaveis ás ruas da cidade, tendo a vantagem, que até agora não teem os carros de tracção animal, de vencer todas as rampas».

Foi nesta eufórica atmosfera de viação, que começou os seus primeiros passos a «Companhia dos Ascensores». E poucos mais viria a dar.

Decidiu proceder, immediatamente, à construção do 3.º plano inclinado, ou seja, o elevador da Calçada do Lavra. Era uma velha ideia, pois já em 26 de Abril de 1875 a Câmara dera licença a Roberto Arménio para construir e explorar «um plano inclinado numa rua aberta, expressamente para esse fim, que começará na rua de Santo Antão entre o beco de S. Luiz e o lado sul da calçada do Lavra e

seguindo em linha tão recta quanto possível até à parte da calçada de Sant'Ana situada ao norte do becco de S. Luiz». Este projecto não se chegou a realizar, talvez pelo dispêndio elevado que representaria a abertura da tal rua. De onde arrancava? Ainda não o consegui saber. Pelo que se vê, agora optava-se por aproveitar a Calçada do Lavra, já existente; mas, como esta não era em linha recta, a empresa comprou um terreno para a obter. E assim, pelo recente contrato, o elevador iria da Anunciada até à Travessa do Forno do Torel.

Em meados de Abril de 1884 estavam as obras terminadas e o elevador pronto para as experiências. Estas fizeram-se em 16 e 17, a elas assistindo Ressano Garcia, engenheiro municipal, Mesnier autor do projecto, um assentador suíço-alemão Meier, os membros da direcção e empregados superiores da empresa. Fizeram-se algumas viagens; cada uma durou apenas 1 minuto e com a lotação dos carros completa. Na quarta viagem, Ressano Garcia quis certificar-se da eficiência do freio automático; e Mesnier, seguro de si e do seu trabalho, mandou cortar o cabo de aço e substituí-lo por outro de linho. Ressano informaria, depois, a Câmara nestes termos: «Isto fez-se sem perturbação alguma no movimento do carro e na solidez da linha».

A inauguração oficial foi a 19. O elevador trabalhou durante 16 horas consecutivas, transportando mais de 3 mil passageiros, sem o menor incidente, e... sem cobrar bilhetes. Em 20 às 6 da manhã começou o serviço normal.

O sistema de locomoção era de cremalheira e cabo, por contrapeso de água; mas, pouco tempo depois, a empresa montava uma caldeira a vapor «a fim de conhecer o que mais convém, se a machina se a agua».

Para evitar atropelamentos, os guarda-freios (chamava-se-lhes, então, condutores) que trabalhavam numa plataforma aberta, tocavam, em todo o percurso e constantemente, uma estridente corneta; a chinfrineira era tal que os moradores das imediações queixaram-se à Câmara; e a corneta foi reduzida ao silêncio e substituída nas suas funções por uma aparelhagem eléctrica fornecida pela Casa Herrmann, instalada ali à esquina da Calçada e da Rua de S. José.

A empresa tinha cumprido: o elevador funcionava ainda antes de findo o prazo marcado do contrato e suas alterações. Entradas de leão; porque os jornais de 25 de Outubro desse mesmo 1884 diziam:

«Os ascensores mecanicos, continuação do da calçada do Lavra, virão desde já acudir ás nossas conseiras e fadigas, trepando as mais ingremes subidas em poucos minutos, e portanto diminuindo o numero das phtisicas pulmonares, evitando-nos as longas voltas e acelerando

o movimento dos passageiros entre os valles e as colinas que accidentam esta cidade de granito e das 7 montanhas.

Sabemos que a *antiga* Companhia dos ascensores, para dar maior expansão ás suas operações e augmentar o volume do seu capital, tão propiciamente remunerado na primeira tentativa, se reorganizou».

E, mais adiante: «Vão immediatamente construir-se os elevadores das calçadas da Gloria, Estrella, Santo André e Graça. É na verdade grande o serviço da empreza á cidade. Por 20 e 30 reis, — ai que já achamos caros os americanos por 50 reis! — trepamos rápidamente subidas de 500 e 600 metros. Não pode haver mais util progresso na viação duma cidade de tão dificeis relevos orographicos».

Efectivamente, por escritura de 23 de Outubro de 1884, a empresa transformava-se em «Nova Companhia dos Ascensores Mechanicos de Lisboa», Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o capital de 400 contos. Os accionistas antigos recebiam integralmente o seu capital e mais um «bonus» em acções da nova empresa, que eram de 50 mil réis, desembolsáveis em prestações de 10 %.

A antiga companhia tivera pouco mais de dois anos de vida, mas legara á posteridade o elevador do Lavra.



Os primeiros directores da nova foram: João José Martins, António Pereira dos Santos Beirão e António José Gomes Neto Júnior.

O seu primeiro passo foi, em Dezembro seguinte: officiar à Câmara pedindo prorrogação de prazo para a construção dos outros elevadores; ficou assente a data de 31 de Maio de 1886 para o da Glória, e a de 31 de Maio de 1891 para os restantes; pelo contrato inicial deveria ter estado tudo a funcionar em 31 de Maio de 1884.

E como se achavam mal instalados, em escritório emprestado, resolveram sublocar uma parte de casa no 1.º andar esquerdo do n.º 32 do Largo do Pelourinho, pela que pagariam annualmente 130 mil réis; para lá foram em 1 de Fevereiro de 1885. (No decurso destes meus pobres apontamentos, observarão os meus ouvintes as repetidas mudanças que soffreu o escritório da Ascensores, reflexo do nervosismo em que ella sempre viveu).

Mandam o engenheiro Mesnier a Paris, Olten e Stutgard, a ultimar os estudos dos futuros elevadores: Glória, Graça e Estrella. Logo que elle regressou, o projecto definitivo do primeiro foi aprovado pela Câmara e começaram os trabalhos da montagem da linha, carris, cremalheira e canal para o cabo. Imediatamente surgem contrariedades. A direcção dos Recreios Withoyne (um circo que funcionava nos terrenos do antigo palácio Castelo Melhor) veio com protestos e ameaças; e embargou as obras com o pretexto de que lhe era impe-

dida a passagem, pela calçada, de enormes volumes, como jaulas de vária bicharada exibida na sua arena com grande gaudío, pasmo e medo, de crianças e militares sem graduação.

Existia, por ali perto, um picadeiro; o dono dele também saiu a combate, queixando-se de que a freguesia o abandonava, aterrada ante o perigo de os cavalos escorregarem em tanta ferragem. Sentia-se, por isso, prejudicado na sua indústria e exigia, logo ali, 5 contos de indemnização; a empresa achou de mais: o picador declarou que, ou recebia tudo ou embargava as obras, como já o fizera o circo. A Ascensores ainda se não tinha refeito destes dois assaltos quando surge o administrador das propriedades que tinham sido da Casa Castelo Melhor e pôs a faca ao peito da direcção: ou pagas 15 contos ou embrulho-te em papel selado!

Passado tempo, as obras continuavam. Com o circo concertou a companhia transportar gratuitamente toda a bicharada; com os outros dois contendores não sei como chegou a acordo, mas não ganhou para o susto.

Em Maio de 1885 os trabalhos na Glória estavam já muito adiantados; e a direcção manda ao fornecedor do material um telegrama pedindo a vinda imediata do montador Meier, que já cá tinha estado a montar o elevador do Lavra. E como o homem não apareceu logo (estava na Suíça), lá foi outro telegrama, este terminante:

«Exigimos vinda imediata Meier ou outro montador. Estamos descontentes com a demora. Respondam». O nervosismo dos directores começava a manifestar-se; e em Julho já tinham mudado de escritório, indo para a Rua do Ouro, 87-2.º. Semanas depois novo telegrama: «Expeçam rapidamente wagons estamos impacientes, telegrafem»; e logo outro: «Linha terminada dentro oito dias qualquer atraso remessa wagons representa consideravel prejuizo façam sacrificio, acabem, expeçam urgente!»

Entretanto, contratam com a Companhia das Águas, «um fluxo de 2 metros cúbicos por minuto» para o elevador que também se moveria a água.

O material circulante chegou por fim; mas quando ia a caminho da Glória, uma das zorras que o transportava, na Rua dos Capelistas, foi de encontro a um candeeiro e houve avarias e necessidade de concertos.

Em 15 de Outubro a direcção convida o engenheiro da Câmara para assistir à experiência de um dos carros, já montado na linha; no convite dizia-se: «que vae descer na linha respectiva para manobras de serviço, desejando ao mesmo tempo aproveitar a ocasião para dar um testemunho pratico dos meios de segurança de que dispõe o sistema, governando a descida sem auxilio do cabo, só com o travão ma-

nual». Uma semana depois, informa a Câmara que o elevador estava pronto, «o qual deverá ser aberto à exploração no dia 24 do corrente às 12 horas da manhã». E apresentava o horário: 18 horas de serviço diário, das 6 da manhã à meia-noite; acrescentando: «as viagens são contiguas, apenas com o intervallo necessario para encher de agua e despejar os reservatorios dos carros».

E assim foi que, no sábado 24 de Outubro de 1885, logo pela manhã estavam paradas, lado a lado, no meio do percurso, as duas «carruagens», como lhes chamavam; eram o alvo da pasmaceira que se instalara não só na calçada como nas janelas e telhados de S. Pedro de Alcântara, da Avenida, e altos do Torel e de Santana.

Os carros não eram de todo feios; tinham 2 pavimentos: o superior, descoberto, a que chamavam tejadilho, antes de lhe chamar imperial. Subia-se para lá por uma escada de caracol de bomba, colocada na plataforma virada ao alto da calçada; o pavimento inferior tinha dois bancos longitudinais, de costas à rua, como ainda hoje; na imperial os bancos eram dois também, mas costas com costas, ficando os passageiros virados para as paredes dos prédios; os ramos das árvores, que lá havia, batiam-lhes nas caras... contudo, no dia seguinte a imprensa informava que da imperial «se desfruta» um bonito ponto de vista da cidade, e um passeio recreativo.

A inauguração fez-se com música, foguetes, muitos vivas e um passeio grátis no «americano» desde o alto da calçada até ao Rato, por S. Pedro de Alcântara, Moinho de Vento, Patriarcal, Queimada e Politécnica. A exploração começou no dia seguinte; cada viagem custava 1 vintém. Os carros eram iluminados a estearina, tendo a direcção sério cuidado em recomendar ao pessoal que todas as manhãs enviasse ao escritório os côtos que tivessem ficado da véspera.

Houve, depois, bilhetes de correspondência com a Carris; e no anúncio, a empresa esclarecia: «estes bilhetes darão ingresso aos passageiros nos carros da Carris em qualquer parte das suas linhas, quer seja para ascendência, ou descendência». Parecia que os bilhetes eram válidos de netos para avós, e de pais a filhos!

Devo, nesta altura, informar que, em Janeiro de 86, já o escritório era na Rua da Vitória, n.º 74, 1.º, direito.

Havia falta de água em Lisboa; em pleno Inverno os contadores do Lavra e da Glória forneciam o precioso liquido em quantidade tão limitada que um dia a empresa pediu à Câmara uma carroça com duas pipas para ir buscar, a um chafariz, a hulha branca indispensável para fazer andar os elevadores. Esta custava, então, a 30 réis o metro; e só para a Glória eram precisos 200 metros diários. Este problema foi resolvido, pouco depois, com a aquisição de uma máquina a vapor para accionar o cabo; foi ela instalada numa casa que compraram no

Largo da Oliveirinha, n.ºs 3 a 10, e que era habitada por 16 inquilinos; muito próprio!

Em Junho de 1886 a Ascensores submetia à aprovação da Câmara os projectos dos elevadores da Graça e da Estrela. A vereação não tomou conhecimento; a companhia insiste em princípios de Outubro e como aquela nada respondesse, ameaça o respectivo presidente com uma acção ordinária por perdas e danos. A resposta foi que seriam suspensas imediatamente as carreiras do elevador da Glória se não fossem modificadas, em breves dias, as plataformas dos seus carros, como tinha sugerido, e ordenado, a vereação que esta acabava de substituir. Estava declarada a guerra.

A Câmara permanecia em absoluto silêncio, a direcção escreve em officio, quase uma carta, ao presidente em que se dizia haver entre os accionistas um sentimento de desgosto pela forma como eram tratados pela edilidade; que a companhia tivera um período de iniciação difícil e violento; mas que «rotas as peias que a embaraçavam, destruída a descrença que imperava nos animos sobre o seu exito tecnico e economico, arriscados capitaes valiosos, gasto muito dinheiro em estudos experiencias, consultas, chega ao ponto de receber o premio dos seus esforços, e vê com magua os seus interesses suspensos, os seus esforços paralisados e os seus requerimentos sem resposta». Mas, homens conhecedores da vida, como eram, acabavam esta lamentação por *indicar* as novas concessões «que desejamos obter para podermos entrar em qualquer transacção no sentido de tornar essa *Ex.^{ma} Camara participante nos lucros desta Companhia...*». Em 17 de Outubro de 87 foi presente à assembleia geral o projecto do novo contrato com a Câmara; dos lucros líquidos retirar-se-ia 5 % para fundo de reserva, 4 contos para amortização do capital, 6 % para os accionistas e..., do restante, 40 % para a Câmara. Pela fala é que a gente se entende!

Quase a terminar esse ano, a direcção officiava, alarmada com o que sucedia na Calçada da Glória, na parte sobranceira às obras de perfuração do túnel. Começara-se a notar rachas no pavimento da calçada e nas paredes dos prédios próximos; chegou-se ao ponto de o pessoal abandonar as obras do túnel, com receia de desabamento.

Este incidente havia de provocar um pleito que a Ascensores, em 1889, moveu à Companhia Real e que acabou, seis anos depois, com o pagamento de 3.791\$637 réis, fora os juros, que esta teve que efectuar, obrigada pelos tribunais.

Em 20 de Abril de 1888 assinou-se um novo contrato com a Câmara; nele (além das linhas já concedidas) aparecia outra «americana» a partir da Travessa do Forno do Torel, em frente ao elevador, seguindo por essa travessa e pela do Torel até ao Campo de Santana a ligar com a linha da Carris.

A empresa entra em fase de animação. Encomenda à Maschinen-

fabrik Esslingen todo o material para os elevadores da Estrela e da Graça, recomendando «boa-vontade na pronta e boa execução do material». Compra uma casa na Rua do Jardim, que tinha os números 6 a 10 e que estava para ser expropriada pela Câmara a fim de se concluir a Rua Domingos Sequeira. Comprou outra casa e terrenos na Rua da Graça e na Quinta da cerca do Monte; a casa teve, depois, que ser completamente demolida para poderem entrar as máquinas e os carros na cocheira que fizeram, mais ou menos, onde hoje está o átrio do cinema. Compra outro prédio na Rua de S. Paulo, números 236 e 240, pois sem isso, dizia Mesnier, não era possível construir o elevador da Bica. E para não perder o costume, pois costumes não se põem nem se tiram, mudaram o escritório para a Rua dos Fanqueiros, 262, depois de já terem estado na Rua da Prata, 234.



Enquanto o material não chega, vão pedindo mais concessões... para facilitar a vida. Uma delas foi de uma linha desde a Rua da Conceição, Calçada de S. Francisco, Rua do Ferregial de Cima, Rua do Tesouro Velho até às Duas Igrejas, linha, diziam, «impôr-se pela necessidade de conduzir os passageiros da baixa ao entroncamento da linha da Estrela».

Em Janeiro de 1889 começaram os trabalhos na linha da Graça; e na da Estrela trabalhava-se com prudência por se desconhecer o perfil que iria ter a projectada «avenida da Esperança, ligação do aterro com a praça das Côrtes».

A Câmara é que se não deixava levar por ilusões; e comunica à Ascensores que a vai multar por falta de apresentação dos projectos, que devia ter sido feita havia mais de um ano. Os moradores da Rua dos Poiais protestam ruidosamente porque com as obras do elevador, o cano de esgoto estava todo aberto e exalava um cheiro pestilencial. O Conde de Cabral, a Junta de paróquia da freguesia de Santa Catarina e vários moradores, embargam as obras. O mesmo faz a Companhia das Águas, ficando parados os trabalhos desde o Largo da Estrela até à Rua da Bela-Vista.

O material está a chegar, e em plena força. Mas... a Carris do Porto comunica que foram lá parar caixotes com material que não tinha encomendado e, possivelmente, se destinava a Ascensores. Os accionistas davam mostras de grande sobressalto, porque a fábrica fornecedora já estava em atraso de seis meses na remessa dos carros e já tinha recebido grande parte do seu custo. A empresa, apertada, escreve-lhe e telegrafa-lhe em termos violentos. O conselho fiscal lembra à direcção que o dinheiro destinado à construção das três linhas se tinha gasto já em parte da linha da Estrela e faltava para a da Graça. A pobre direcção escreve a Mesnier, num dramático apelo:

«Venha pois, Sr. Mesnier, venha imprimir confiança aos descrentes e immortalizar-se com o seu invento posto a trabalhar, porque bem dirão o seu nome os 300 mil habitantes da Capital de Portugal quando vejam em andamento regular tão importante melhoramento».



Chegado quase o fim de 1889, o advogado da companhia informa que a questão com o Conde de Cabral e outros se perderia se até 20 de Janeiro na Bica não estivesse a assentar a linha; de contrário seria impossível construir novas linhas. A direcção, alarmada, telegrafa aos fabricantes, dizendo-lhes estar em risco de perder as concessões; telegrafa a Mesnier: «Quando vêm os carros? Estou aflitíssimo»; e também: «Se não expedirem 2 carros no correr da presente semana, está tudo perdido»; e outro: «Estamos muito ameaçados».

Tanta insistência algum resultado havia de dar. Chegou material circulante para a Estrela; mas, em vez de 1 rebocador e 1 atrelado, vieram 2 rebocadores, cuja lotação era de 10 passageiros. Prepara-se a experiência oficial; a Câmara declara não a consentir sem que cheguem os atrelados; e começa a multar a empresa com 2\$250 réis diários, meia libra.

Até que tudo tem o seu fim... parece. Em princípios de Junho de 1890 fazem-se experiências na Estrela; um carro saiu de lá para o Camões; *menos mal* até S. Bento, embora trepidasse enormemente; na subida para os Poiais, o cabo escorregava; mas lá foi indo até ao Poço Novo, não se conseguindo que subisse o Combro. E o carro regressou à Estrela... puxado por cavalos.

Em 14 de Agosto fez-se a abertura provisória da linha, e no dia seguinte a definitiva. Uns avisos colocados dentro dos carros elucidavam que a lotação dos rebocadores era de 8 passageiros e dos atrelados 10 dentro e 4 em cada plataforma, «sendo expressamente proibido levar qualquer individuo nos estribos». Esta determinação ainda hoje é rigorosamente respeitada nos «eléctricos».

O serviço era das 8 da manhã ao meio-dia; *parava até às duas* e acabava às 9 da noite; carreiras de meia em meia hora. Os guarda-freios apitavam nas proximidades de ruas e travessas. Preços: 1 pataco do Camões à Estrela e vice-versa; do Poço dos Negros ao Camões, ou à Estrela, 1 vintém.

No Camões havia, primeiro, uma placa giratória; a manobra dos carros era auxiliada umas vezes, e contrariada quase sempre, pela garotada; chegou a ponto de ter que ser substituída por uma «raquete». A manobra, então, passou a ser feita assim: o conjunto rebocador-atrelado deixava os passageiros antes da embocadura da Rua das Gáveas; o guarda-freio soltava o cabo e alargava os travões;

com o seu próprio peso, porque havia declive, o conjunto dava a volta à «raquete»; no último momento era o atrelado que empurrava o rebocador até que este agarrava o cabo. A empresa, orgulhosa, dizia: «Este processo, que a natureza especial do terreno permite, é muito eficaz e elegante...».



Como a Rua Domingos Sequeira continuava por terminar devido à penúria do município, a «Ascensores» ofereceu os 40 contos precisos para as expropriações; emprestava o dinheiro a 5 % e ficaria com os terrenos que sobrassem junto ao seu prédio da Rua do Jardim.

Entretanto, no Lavra já funcionava a tal linha «americana» que levaria os passageiros do Torel até ao Jardim Zoológico, em Palhavã, onde esteve desde 1888 até 1905; e pensava-se seguir a linha ao Campo Grande e Lumiar.

Neste mesmo ascensor houve um grande desastre em 17 de Janeiro, ficando o condutor entalado entre o carro e um tapume. O cabo, com a força da travagem, rebentou, e partiu-se a roda da cremalheira.

Os jornais começavam, e alguns continuavam, a hostilizar a empresa; os accionistas intimavam a direcção a processar os fabricantes e a mostrar a má-fé destes em diversos jornais da Europa, pois o material fornecido era «obra de feira». Para cúmulo da pouca sorte, um navio, «Hercules», que trazia material fixo e circulante, abalroa com outro e afunda-se.

Em Abril de 1890 começa o assentamento da linha da Graça. A «Ascensores» propõe, logo, à Câmara a demolição do arco de Santo André, pois a maior dificuldade técnica era a passagem naquele local. Mesnier conseguiu resolver o problema de forma magistral e o arco foi poupado... por mais alguns anos. O cano de esgoto, ao longo de todo o percurso do elevador, tinha, pelo contrato, que ser construído pela Câmara; e como esta não tinha «disponibilidades» a «Ascensores» adiantou, sem juros, o dinheiro preciso, uns 12 contos e tal.

Na Bica, o assentamento da linha começou em dia de finados deste mesmo ano. Durante meses houve dificuldades e atritos com a Câmara; umas pela estreiteza e diferentes declives da rua e os outros pela construção do colector de esgotos, atrasaram muito os trabalhos; em fins de Maio, um director, em telegrama a Mesnier, dizia: «Estou em braza»; não admira: era Verão...

Finalmente, a vistoria foi requerida em Março de 1892; e a inauguração fez-se numa terça-feira, véspera de São Pedro. Cada viagem custava: 1 vintém para cima e 10 réis para baixo. Os bancos dos carros eram colocados «em plateia» e pensava-se instalar um restaurante à entrada pela Rua de S. Paulo. No vizinho elevador da

Estrela, os desastres eram frequentes; num, no mesmo ano de 1892, resultado do choque de um elevador com uma carroça do lixo, houve vítimas; a causa do acidente foi ir um passageiro do rebocador, no banco da frente, com o guarda-chuva aberto; é preciso lembrar que o carro somente tinha tejadilho... e de lona.

Em Fevereiro, a empresa pôs a circular nesta linha um carro aberto, com cortinas laterais... bem arejado. Um jornal, a propósito, dizia: «A direcção da companhia, com a solicitude que a caracteriza, tem mandado pôr este carro sempre de noite, quando vê que o termómetro marca os maiores frios do nosso clima ou a chuva cai a torrentes, o que especialmente à saída dos teatros tem sido de grande utilidade... para os médicos e farmacêuticos, que estão reconhecidíssimos à benemérita empresa».

Em Março de 1893 inaugurou-se o elevador da Graça; e logo, dois meses depois, houve ali um descarrilamento espectacular; a garatada tinha entalado, a martelo, uma pedra no canal da garra.

Então, já no Lavra grande parte das travessas e longarinas da via se achava em péssimo estado, podres, a desfazer-se. A direcção deu ordem ao guarda da linha: «Vá atamancando o melhor que possa até que seja Verão». Um muro alto sobranceiro à linha estava a desabar; foi preciso apeá-lo e reconstruí-lo; entretanto, o elevador esteve parado.

A infelicidade perseguia a empresa: até o fornecedor do carvão para as máquinas lhe vendia o pior que encontrava no mercado, cheio de sulfuretos, terra e água. O pessoal estava numa indisciplina máxima; largava os carros, a meio da viagem, para ir jantar ou cear à taberna, deixando os passageiros à espera; envolvia-se em desordem, uns com os outros, ou com os passageiros ou transeuntes. Os desastres de vulto tornavam-se frequentes; e no Lavra novo acidente levou um dos carros até à porta da Igreja de S. José, depois de destruir a linha da «Companhia de Viação Urbana a Vapor», de derrubar árvores e candeeiros, e de estilhaçar um quiosque. Um jornal dizia: «a linha estava pôdre; é um escandalo consentir a circulação de carros sobre carris velhos e deslocados, sustidos por travessas de madeira corroída por tantos invernos, escoradas com sarrafos de pinho contra os muros lateraes». Em vista deste novo desastre, a Câmara deu ordem para a sua repartição técnica suspender o serviço não só deste elevador, mas de todos os outros da mesma empresa. Pouco tempo depois, arde um carro na Glória e, logo, outro na Graça que estava, por sinal, novo em folha.

A «Companhia de Viação Urbana a Vapor», que depois se transformaria em «Companhia de Viação Funicular», montou em Lisboa um elevador único, que ficou conhecido por «Elevador de S. Sebastião», pois o seu percurso terminava nas «portas» de S. Sebastião da Pe-

dreira, depois de partir do Largo de S. Domingos em frente à porta da *caixa* do teatro de D. Maria e seguir pelas ruas de Santo Antão, S. José, Santa Marta, largo de Andaluz e rua e largo de S. Sebastião. Começou a funcionar em 15 de Janeiro de 1899 e comprou, por vezes, cabo usado à «Ascensores». As suas tarifas eram: do Rossio à Rua das Pretas, 1 vintém; 30 réis ao Andaluz e meio tostão às «portas»; viagem completa ida e volta, 4 vinténs. Faliu em 1901.



Em 1896, exactamente em sessão da Câmara de 27 de Fevereiro, a Carris apresenta pedido de autorização para transformar a tracção dos seus carros em eléctrica, e ao mesmo tempo, de alargamento da sua rede.

A «Ascensores» salta, *electrizada*, é claro, e protesta contra a pretensão da Carris de «querer absorver toda a população da cidade entre o vale do Rocio e o vale de Alcântara» arruinando a «Ascensores», e ainda os criadores de gado, os lavradores, os ferradores, os correeiros, pois tudo seria dispensado do serviço com o desaparecimento das mulas. Uma calamidade!

E como ninguém se importou com os seus protestos, achou que o melhor que tinha a fazer era electrificar, ela, também, os seus ascensores; e vá de pedir orçamentos a casas alemãs, italianas e americanas.

Como VV. Ex.^{as} sabem, começou a haver «eléctricos» da Carris em 31 de Agosto de 1901. A sua rede ia alastrando sem se importar muito com a rede da «Ascensores», a não ser para inutilizá-la, aqui e além, com a competência. Assim, em 1904, pede licença para uma linha de Santos à Estrela por S. João da Mata, Santíssima Trindade, S. Domingos, Buenos Aires, Navegantes, e João de Deus, a qual, ligada com a do Alecrim, tirava ao pobre elevador da Estrela o resto dos seus já escassos passageiros; e fez mais: pediu licença de assentar um desvio no largo das Duas Igrejas para servir os frequentadores dos teatros mais concorridos, então, o D. Amélia, o Trindade e o Ginásio. Esse desvio foi colocado mesmo junto do passeio da Igreja da Encarnação, terminado antes da Rua António Maria Cardoso, mais ou menos onde está hoje a caixa do correio.

Começando as obras no largo da Estrela, a Carris impediu a passagem do elevador; e para ligar (dizia) a baixa com a alta da cidade, obteve licença para uma linha do Carmo a S. Roque; era a ruína do elevador da Glória. As tarifas completavam a ofensiva; um exemplo: das Duas Igrejas à Estrela (uns 6.320 metros) custava no «eléctrico» 1 pataco, ida e volta, o que era 30 % mais barato que no elevador; mas nas carreiras onde não havia elevadores, como do Arco do Cego ao Terreiro do Paço, uns escassos 3.600 metros, cobrava meio tostão, ou seja 25 % mais caro.

E assim, os prejuízos da «Ascensores» eram manifestos; contudo, num seu relatório dizia ela: «Mantém-se inalterável a situação económica desta companhia». E para prova, comprou 2 autocarros e pô-los a trabalhar, em 7 de Dezembro de 1904, em carreiras sucessivas entre o Largo da Estrela e a Rua das Amoreiras, no Anadia, seguindo pela Rua da Estrela e pela de S. João dos Bemcasados. Era grátis a viagem para os passageiros do elevador e durava 15 minutos. Oito dias depois a Câmara proíbe este serviço e os autocarros recolhem às cocheiras.



Sussurrava-se já por Lisboa que a «Ascensores» se ia «entregar» à Carris; a uma pergunta de um accionista sobre estes boatos, a direcção respondeu que havia um princípio de negociações, sendo intermediário um dos sócios da casa Burnay, largamente interessada na «Lisbon Electric Tramway», a companhia inglesa que contratara com a Carris a transformação da sua rede.

Em Agosto de 1909 a ordem do dia de uma reunião conjunta da direcção e conselho fiscal da «Ascensores», era: «Acordar na forma de tornar efectiva a transacção ajustada com a Lisbon Electric»; e o escritório passou a ser na sede da Carris, em Santo Amaro; simples coincidência!

Em Janeiro de 1910 apresenta à Câmara os projectos de electrificação das linhas da Glória, da Bica e do Lavra; e dá a notícia para os jornais de que vai *reconstruir* «a linha Camões-Estrela no tipo de via, exploração e material circulante usado pela C. C. F. L.». Pouco tempo depois circulavam por esta linha e pela do Rossio-S. Tomé uns carros «eléctricos» que eram tal e qual os da Carris, só com a diferença de mostrar nas suas ilhargas as iniciais N. C. A. M. em vez de C. C. F. L. Por sinal que nesta última linha se deu um desastre gravíssimo em 1914: um «eléctrico» da «Ascensores» que subia a Calçada de Santo André, ao parar junto da agulha do arco, começou a recuar e fê-lo com tal velocidade que foi despadaçar duas carroças na Calçada dos Cavaleiros, pouco abaixo do Largo do Terreirinho.

Aos pobres carros, que tanto serviço tinham prestado contra as tísicas pulmonares, a empresa chamava já «carrinholas» e punha anúncios para a sua venda, elucidando os possíveis compradores: «estas caixas poderão ter inúmeras aplicações, tais como para barracas de banhos, para feiras, casas de guarda nos campos, etc.».

Estou a fatigar VV. Ex.^{as} e vou terminar.

A felicidade da empresa já era excessiva. A Câmara, pela sua Comissão de viação, reprova *tudo* o que estava combinado entre as duas companhias; era aquilo assunto para estudo mais detalhado, para se elaborar novo contrato do qual resultasse maior benefício para o

Município e mais vantagens para o público. Logo a «Ascensores», furibunda, responde: «Não tem esta companhia que ter mais atenções ou deferências com uma entidade que põe o despotismo e o arbitrarismo acima das disposições contratuais». E, para vingança, os elevadores daí por diante começaram, volta e meia, a estar *em reparação*.

Depois de, em 1916, se ter dado um grave acidente na Bica, vindo um carro pela linha abaixo, em grande velocidade, romper o guarda-vento de S. Paulo e atravessar a rua, este elevador esteve anos sem funcionar. Em 1923, o senado municipal convida a empresa a pô-lo de novo em movimento. A direcção ainda tentou dissuadi-lo, alegando que durante muitos anos tinha conservado o elevador em circulação, apesar do prejuízo que sofria; mas a exploração dele era muito perigosa por ser a rua muito estreita e sempre cheia de crianças.

«De resto, acrescentava, o elevador da Bica aproveita a tão diminuto número de passageiros que é preferível melhorar as condições de viação de outras linhas». Falta de previsão: a «Bica», em 1952, transportou nada menos que 1 milhão e 597 mil passageiros.

A Câmara insistiu; e a empresa teve que cumprir a ordem. A maquineta primitiva foi substituída por aparelhagem eléctrica instalada num subterrâneo no alto da calçada; as caixas dos carros foram substituídas por outras mais ligeiras e confortáveis, a fingir de «eléctricos» com cancelas de lagarto, *controllers*, travões de volante, etc.



Finalmente, por escritura de 12 de Novembro de 1926, a Câmara autoriza tudo o que fôra combinado entre as duas empresas, uns 17 anos antes. A «Ascensores», por escritura desse mesmo dia, resolveu a sua dissolução imediata; tivera 42 anos de vida atribulada e pitoresca.

Disse.

O «ALMOÇO OLISIPONENSE»

Um grupo de sócios moradores no Bairro Alto, onde, desde Julho, o Grupo se encontra instalado, resolveu promover um *almoço olisiponense* na conhecida «Adega do Mêsquita», situada na antiga Rua do «Diário de Notícias».

Os nossos consócios Teodoro Lopes Ramos e Domingos Mesquita, proprietário do estabelecimento referido, solicitaram do Secretário Geral do Grupo para, em colaboração, organizar o referido almoço.

Realizou-se este em 22 de Novembro, com a assistência de cerca de 150 convivas, exclusivamente sócios do Grupo e suas famílias, como se poderá ver pelas fotografias que junto se publicam.

Para ele foi organizado um programa artístico, com uma limitada tiragem, com a colaboração literária de Matos Sequeira, que compôs curiosos versos, e Teodoro Lopes Ramos, que fez a descrição do típico restaurante, e a colaboração artística do hábil desenhador sr. Alfredo Trindade, que colaborou com um magnífico desenho da Travessa do Poço da Cidade.

Durante o almoço foi dito pelos artistas Ex.^{mos} Snrs. Francisco Ribeiro e Vasco Santana um engraçado diálogo intitulado *Os Inimigos de Lisboa*, da autoria do Director desta revista, que nele imprimiu, como sempre, a sua graça e natural erudição de profundo conhecedor da vida lisboeta, de que tem sido apaixonado cronista.

Como não podia deixar de ser neste Bairro, houve a colaboração artística do velho cantador Alfredo Marceneiro e dos artistas privados da casa, as cantadeiras Mariana Silva e Teresa Nunes e os cantadores Fernando Farinha e Alfredo Duarte, tendo o primeiro composto, dedicado ao Grupo, uns curiosos versos. Os acompanhamentos foram feitos por Raul Nery e Joaquim Duval.

A seguir se publicam o diálogo de Matos Sequeira e os versos de Fernando Farinha e bem assim uma fotogravura do programa artístico.

Esta realização despertou vivo interesse e curiosidade entre grande número dos nossos associados, não reunindo maior número de convivas por ter sido esgotada a lotação da casa.

Almoço Olisiponense

na

Adega Mesquita

(Restaurante típico do Bairro Alto)
Rua «Diário de Notícias», antiga Rua dos Calafates, 107
Telefone 2 8307

em homenagem ao

Grupo "Amigos de Lisboa"



BAIRRO ALTO



Travessa do Poço da Cidade

*Ó Bairro Alto, és um espelho
para a gente se mirar
e receber o conselho
de que é preciso ser velho
para ter que se contar.*

*Das tuas glórias perdidas
nem precisas que te gabes.
Basta as que hoje são vividas.
Perguntem às Avenidas
se sabem o que tu sabes!*

*Faltam-lhes fundas raízes
para que a história lhes toque.
São novas, ricas, felizes,
mão não dizem o que dizes
Bairro Alto de S. Roque.*

M. S.



Lisboa, 22 de Novembro de 1953

Às 14 horas

Reprodução da capa da Ementa

OS INIMIGOS DE LISBOA

UM

V. Ex.ª dá-me a palavra?

OUTRO

V. Ex.ª dá-me licença que eu fale?

OS DOIS

Muito obrigado a V. Ex.ª.

UM

Minhas senhoras...

OUTRO

...e meus senhores.

UM

Então fala você ou falo eu?

OUTRO

O melhor é falarmos os dois ao mesmo tempo.

UM

Também pode ser.

OUTRO

Vá. Um, dois, três.

UM

Vamos talvez surpreender V. Ex.ª com uma declaração...

OUTRO

Surpreendemos com certeza.

UM

Fale, mas não me interrompa. Eu não sou Amigo de Lisboa; sou Inimigo de Lisboa.

OUTRO

E duques.

UM

E duques, não. Ambos somos Inimigos n.º 1. O nosso grupo tem duas númerações — a dos gordos, e a dos magros. Pois, como ia dizendo, somos inimigos capitais da capital.

OUTRO

Tudo quanto VV. Ex.ªs defendem nós atacamos. Representamos aqui a opposição.

UM

As nossas ideias são diametralmente opostas às de VV Ex.ªs. Os que se dizem Amigos de Lisboa proclamam a necessidade de se conservar tudo. Nós proclamamos que nada se deve conservar.

OUTRO

Nem mesmo o Conservatória. Lisboa cheira a mofo e a bafio.

UM

O pavimento das ruas está cheio de caruncho.

OUTRO

Está provado pelas últimas Estatísticas que cada hora se abrem vinte e três buracos e meio. Isto dá um média que corresponde a um buraco permanente.

UM

Toda a Capital tem que levar uma volta. E a volta vamos nós dar-lha. A capital do país tem de se engrenar na roda da civilização. E o momento de andar a roda está a chegar.

OUTRO

Este Bairro Alto, que VV. Ex.ªs tão ferozmente defendem, não tem razão de existir; primeiro porque não é alto, depois porque não é bairro.

UM

Altos são os arranha-céus, e Bairros são o Alvalade e o Caramão.

OUTRO

Com vinte automóveis fica entupido. O nosso projecto é acabar com ele.

UM

O plano está feito. Entre a Atalaia e as Gáveas faz-se um campo de futebol, arma-se um parque de automóveis desde as Salgadeiras à Travessa da Espera...

OUTRO

Vasa-se a Água de Flor no Poço da Cidade. Pela Rua da Rosa acima (já se sabe, depois de ir abaixo) põem-se três linhas de eléctricos.

UM

A Rosa passa para a Rua do Século. É lá que está o Rosa.

OUTRO

Metem-se os Fiéis de Deus no Forno do Tijolo, põe-se outra fisionomia na Travessa da Cara e apaga-se a Queimada. Dentro do nosso plano, o Bairro fica todo plano.

UM

Está feito o projecto de mudar o Camões para a Praça Marquês de Pombal. Fica ali muito melhor e acaba-se com o Marquês e com a estátua. E com o monumento ao poeta vão as lílias e os respectivos pardais-monteiros. As casas de peñhores vão para os bairros económicos, e os restaurantes para o Terreiro do Paço. Lá é que se distribui a comida.

OUTRO

Os Inglesinhos naturalizam-se portugueses e vão para o Seminário dos Olivais. Para o Conservatório vai a Direcção Geral dos Desportos.

UM

E então é que é ver a data de alunos! Mas uma das nossas maiores ideias é secar o Tejo e acabar com a Outra Banda. O Tejo não faz senão complicar a vida da cidade. Obriga a gastar diheiro com pontes e dificulta o trânsito. Água, basta a da chuva que nós andamos a pedir.

OUTRO

E nós já estamos fartos de ir no bote. Desta forma já se poderá ir de bicicleta a Almada ou a Palmela, e o cheiro da marezia desaparece.

UM

Uma grandecíssima auto-estrada ligará o Terreiro do Paço a Cacilhas.

OUTRO

E para aterrar o rio contamos com a terra que se tira dos buracos das ruas.

UM

Está calculada em duas mil toneladas por semana. Não julguem que isto é exagero. A estatística afirma-o.

OUTRO

A estatística é uma ciência que muda as ideias em números, para os números nos darem novas ideias. Só falha quando está errada. E neste tempo em que a arte domina e a ciência impera, como dizia o Ravachol na Feira de Alcântara, os erros não são possíveis. A Feira continua.

UM

Vossas Excelências combatem os tapumes... O tapume é uma instituição alfacinha! Custa crer, mas é verdade. Ora pela eloquência dos algarismos

sabe-se que a cada obra correspondem quatro tapumes, dois para se deitar abaixo e dois para se pôr em cima o que vem depois. Esta duplicação é uma das riquezas decorativas de Lisboa, porque metade dessas fachadas de tábuas, são para pôr e tirar cartazes, um dos motivos ornamentais mais úteis e variados de Lisboa.

OUTRO

Os monumentos antigos — O Carmo e os Jerónimos, a Sé, a Torre de Belém — serão bonitos, mas não têm a menor utilidade. Falam das glórias do passado, mas não dizem nada das vitórias do presente.

UM

Apoiado!

OUTRO

Só a olhar para eles nunca saberíamos onde se vendem as máquinas de costura, os sabonetes, as pastas para dentes e outras maravilhas da ciência e da arte do nosso tempo.

UM

Outro erro dos Amigos, que VV. Ex.^{as} são, é insistirem na defesa das árvores, dos jardins, dos muros floridos, de toda essa tremenda invasão de campo dentro da cidade. Ou bem que vivemos na cidade ou numa quinta. Aqui, o que é preciso são espaços livres, largueza, trânsito fácil, atropelamentos mais fáceis ainda.

OUTRO

Apoiado!

UM

A mania dos lisboetas terem as alfaces à mão de semear já lhes deu uma clunha. Não insistam, meus Senhores.

OUTRO

Dizem que as árvores dão sombra, mas à sombra ninguém gosta de estar. E para a gozar é necessário estar parado. E hoje não se pode estar parado. Dentro do nosso vastíssimo plano, as verduras estão condenadas. Quem for herbívoro dos olhos terá que emigrar para as hortas.

UM

Lisboa vai modificar-se de alto a baixo. Toda a Baixa ficará a fazer cócegas no céu. É a única maneira de ficar alta. O Castelo abaixa-se um bocadinho para não custar tanto a lá ir. No Rossio faz-se um grande cinema ao ar livre, pondo-se o ecran onde está o Teatro D. Maria II, e a senhora D. Maria que nos desculpe. Toda a Avenida será ocupada por três camadas de automóveis, e os peões têm de contentar-se a ir para o Campo dos Mártires da Pátria, enquanto não recolherem a um museu de raridades.



Dois aspectos do almoço



Outro aspecto do almoço

OUTRO

No Parque Eduardo VII, no de Palhavã e em todos os jardins de Lisboa que escaparem de ser Parques de automóveis, haverá Estádios, campos de corridas, duas ou três emissoras mais, e zonas reservadas aos campistas urbanos que não tiverem três contos para pagar uma renda económica.

UM

Só assim Lisboa se tornará numa grande Metrópole, numa cidade moderna com cara de capital, carne viva, nervos de urbe do nosso tempo, e sangue americano.

OUTRO

Nada de antiguidades, do pitoresco tão apregoado, da mania do passado.

UM

Fora com o tipismo e com o carácter, com o Bairro Alto e com Alfama. Progresso, civilização, automóveis, trânsito, atropelamentos, rádio, cinema, é o que a vida moderna precisa.

OUTRO

O resto são boatos.

UM

E quanto a Teatros, temos conversado.

OUTRO

O melhor é não se tocar nesse assunto.

UM

Minhas Senhores e meus Senhores! Os inimigos de Lisboa, pensam assim. Nós representamos aqui essa enorme legião que quer que Lisboa seja igual às outras terras, mas, como somos actores, representámos apenas.

OUTRO

Agora, já sem barbas e com a pintura tirada, pensamos exactamente ao contrário, como bons alfacinhas.

UM

Lisboa é uma terra que se não parece nem se deve parecer com nenhuma outra. Disse um poeta árabe, que ela se diferenciava das mais, como o céu se distingue da terra e a Terra se distingue do Mar. Conservemo-la assim.

OUTRO

Tem mais graça...

UM

...E é mais bonita.

OUTRO

Se não estão de acordo, digam. A opinião é livre durante dois segundos.

UM

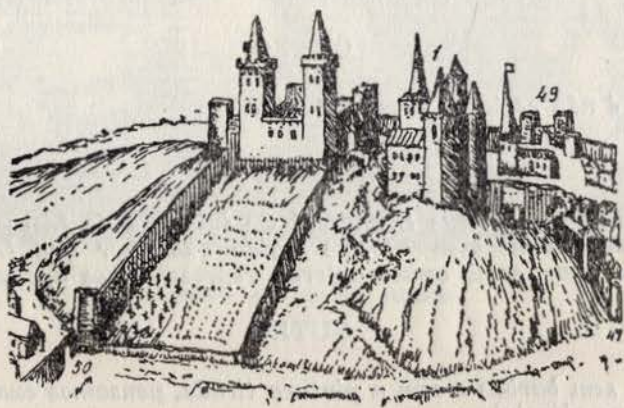
Pronto, acabou o prazo! Agora, mesmo que não queiram, têm de concordar.

OUTRO

Assim é que é.

OS DOIS

Minhas Senhoras e meus Senhores. Silêncio. A bem de Lisboa!



AOS AMIGOS DE LISBOA

NO DIA 22-XI-1953

*Os «Amigos de Lisboa»
É um grupo com valor,
Nascido duma saudade,
Composto de gente boa
Que defende com amor
A nossa velha cidade.*

*Bairro Alto, Madragoa,
Alfama dos marinheiros,
Mouraria das Severas,
Pedaços desta Lisboa,
Testemunhos verdadeiros
De Lisboa d'outras eras.*

*Adegas: João do Grão,
Friagem, Irmãos Unidos,
Qual delas a mais velhinha,
Que para nós hoje são
Relíquias de tempos idos
Desta Lisboa Alfacinha.*

*Lisboa das guitarradas
E dos alegres cantares
Que em retiros se escutavam
Da boémia das noitadas
E dos pregões populares
Que tanta graça te davam.*

*Lisboa, velha traquina,
Estás linda, mas impostora,
Sem a tua antiga raça
Tu és como uma varina
Que vestida de senhora
Já não tem a mesma graça.*

*Mostra os teus traços antigos,
Que essa tua meninice
Não condiz com a verdade.
Para os teus maiores amigos
És mais linda na velhice
Que na falsa mocidade.*

Intérprete e Autor

FERNANDO FARINHA

O MUSEU DE MARINHA

por HENRIQUE MARQUES JÚNIOR

CONSOANTE prometemos no n.º 61 do *Olisipo*, referindo-nos ao Museu Militar, prosseguimos na nossa tarefa de historiar — muito pela rama — o que são os museus da capital bem dignos de visita para entretenimento e estudo de todos os alfacinhas. Assim, cabe agora a vez de dizermos alguma coisa a respeito do Museu Naval Português, novamente designado Museu de Marinha.

Embora em organização, este museu foi criado pelo decreto n.º 24.407, datado de 27 de Agosto de 1934, cuja primeira sede provisória foi no edifício onde estava instalada a Sala do Risco. Iniciou-se essa instalação com alguns elementos que se salvaram do incêndio de 1916. Logo que a Escola Naval se mudou para o Alfeite, o falecido capitão de mar-e-guerra Henrique Quirino da Fonseca foi incumbido de organizar o Museu com a possibilidade de conseguir mais espaço para conservar tudo quanto se encontrasse espalhado pelas várias estações de Marinha e, sob esse aspecto, por determinação do despacho ministerial de 28 de Janeiro de 1937, todas aquelas estações colaboraram nessas intenções. Assim aconteceu, havendo em 1948 mais de 1.500 objectos juntos. E se grande maioria não suscita interesse artístico, histórico ou sequer documental para serem expostos no projectado museu da Praça do Império, muitos deles são dignos de ser apreciados.

Deste modo, afora os poucos modelos que se lograram salvar do referido incêndio, destacam-se uma fragata de guerra dos fins do século XVIII e também uma nau de guerra do princípio do mesmo século, na carreira, e, por conseguinte, sem mastreação e que foi muito admirada na Exposição de Antuérpia. Há, igualmente, outros perfeitíssimos modelos de navios antigos, já construídos nas oficinas privativas do museu, como o da nau *S. Gabriel*, na qual Vasco da Gama realizou a sua primeira viagem à Índia; os de uma nau, um galeão, uma caravela latina e outra redonda, dos séculos XV e XVI, executados sob a direcção de Quirino da Fonseca e do almirante Gago Coutinho. Dos instrumentos náuticos expostos destaca-se um precioso astrolábio dos começos do século XVII e que foi objecto de estudo do professor Luciano Pereira da Silva. Da Aviação Naval, afora outros elementos, existe o hidrovião

Santa Cruz, em que Gago Coutinho e Sacadura Cabral levaram a bom termo a primeira travessia aérea do Atlântico Sul.

A artilharia está também representada por mais de cinquenta peças de modelos antigos. Vário armamento de Marinha, reunido pelo Comandante Fortée Rebelo, durante o tempo em que foi instrutor da Escola Naval, e modelos de modernos navios da Armada valorizam as colecções do Museu.

A criação de um museu naval é aspiração que data de um século, pois, por portaria de 2 de Abril de 1836 se determinou a sua criação; esta ideia, porém, não foi posta em prática, e, passados vinte e sete anos, ou seja, por portaria de 22 de Julho de 1863, de novo se determinou a sua organização adjunto à Escola Naval, pois tal instituição — segundo o relatório — deveria ser o arquivo de preciosas relíquias, memória do passado e ensino do futuro, e nela se deviam juntar os monumentos marítimos ainda existentes, menos conhecidos e menos apreciados, recolhendo-se os modelos dos prestantes e sucessivos inventos, com que o Engenho e a Ciência de dia para dia adiantam e enriquecem as artes inerentes à navegação.

A 13 de Janeiro de 1864, de novo se ventila o assunto, mas, desta feita, pelo Ministro da Marinha, em relatório apresentado em Cortes, justificando-o.

Foi nessa altura que na Sala do Risco se juntaram alguns exemplares de preciosos modelos, oferecidos pelos monarcas e que estavam nos Paços Reais. Reunidos a outros já existentes na Escola Naval, formaram o primeiro museu, aumentado ainda com vários apetrechos náuticos, trabalhos de marinheiros, etc., que o citado incêndio quase destruiu por completo. Por felicidade, em 1896, o almirante João Brás de Oliveira — então capitão-de-fragata e professor da Escola Naval — publicou um livro ilustrado com a descrição dos modelos principais. Sua filha — D. Maria Germana Couvreur Brás de Oliveira — já reeditou esse livro interessantíssimo, em que se pode calcular a importância da perda ocasionada pelo incêndio. Por decreto de 16 de Dezembro de 1909 — ou sejam passados quarenta e cinco anos — cria-se um Museu Nacional de Marinha, que nunca chegou a ter vida prática. Mais tarde, novas diligências se entabularam, sem resultado algum. Uma dessas diligências foi feita pela Associação dos Arqueólogos, com uma representação que Henrique Lopes de Mendonça — sócio da referida agremiação — redigiu primorosamente e nela se pedia a criação do Museu de Marinha, indicando como sede o edifício anexo à igreja dos Jerónimos. O Almirante Magalhães Correia — por portaria de 7 de Abril de 1930 — como Ministro da Marinha, nomeou uma comissão, a que presidia Gago Coutinho, para a instalação do Museu Naval. A citada comissão tratou do caso, mas nada ainda de concreto se realizou. O Clube Militar Naval — como era lógico — também, em 1937, deu carta

branca a uma comissão por esta instituição escolhida e também presidida por Gago Coutinho, e endereçou uma representação aos Ministros da República, a respeito da instalação do Museu Marítimo Nacional.

Eduardo da Costa Lupi foi o director que sucedeu a Quirino da Fonseca e envidou os seus melhores esforços para ver condignamente instalado o museu, mas nada conseguiu. O terceiro director é agora o Comandante Jaime do Inso, que, como os seus antecessores, prossegue na porfiada campanha a favor do Museu de Marinha e tanto que, com o título: *O Museu de Marinha e os Decosbrimentos*, escreveu um artigo para o *Diário de Notícias*, de 6 de Março do corrente ano, em que mais uma vez vem à estacada a defender os interesses desse museu, ao qual tanto amor dedica.

A esplêndida colecção de modelos de navios de guerra, de pesca e de desporto — riquíssimo legado de Henrique Maufroy de Seixas — mais uma vez veio chamar a atenção do Governo para a urgência de se instalar com toda a dignidade merecida o Museu de Marinha.

O citado legado é constituído — como acima dizemos — por mais de duzentos modelos de navios e pequenas embarcações e alguns salientáveis pelas dimensões, como o da fragata *Ulisses*, que tomou parte na esquadra que, em 1807, acompanhou a Família Real ao Brasil; de diversas canhoneiras e corvetas; da fragata *D. Fernando II e Glória* em armamento completo; de numerosas embarcações de pesca e de recreio. Modelos de torpedos, minas, instalações de artilharia a bordo; de uniformes, de trabalhos artísticos de marinheiros, etc. e várias preciosidades navais. De tantos, salientam-se modelos do bergantim e das galeotas reais, cujas lanternas são de ouro trabalhado; magníficas obras artísticas de inapreciável valia. Mais de duas mil fotografias aí se encontram, oferecendo valiosas fontes de indicações nos dísticos.

A finalizar: na Estrada de Carnide, nas traseiras do Jardim Zoológico, está agora instalado provisoriamente — ao que parece — um modelar arquivo, onde se podem examinar os mais inestimáveis elementos a respeito dos nossos navios.

Muitos desses pormenores foram aproveitados do artigo referente a este museu na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

E por hoje, nada mais, o que me não parece pouco para maçada.

A BEMPOSTA

(O PAÇO DA RAINHA)

(Conclusão)

por LUIS MOITA

O Hospício da Carreira de Cavalos

A história deste Hospício tem os seus fundamentos numa Ermida da invocação de Nossa Senhora da Conceição, que de tempos remotos consta que existia na Carreira dos Cavalos, caminho a que corresponde hoje, como foi dito, a Rua de Gomes Freire, contígua ao Campo de Santana. Junto da Ermida ficavam umas casas e um quintal, de que um certo Baltasar de Sá recebia, no século XVII, o foro de 4\$800 réis. Em 4 de Outubro de 1667 são tais propriedades compradas por Manuel Nunes e delas é feita doação em 5 de Agosto de 1698 ao Dr. António Nunes Castanho. Tudo isto consta de fólhos 538 e 570 do *Livro dos Títulos da Sereníssima Casa do Infancado*.

Na sub-rogação que em 1701 D. Catarina de Bragança fez à viúva do Contador-Mor Castanheda de Moura é de supor estivessem incluídas, como fazendas livres, as casas e o quintal junto à Ermida de Nossa Senhora da Conceição, da Carreira dos Cavalos (1). O certo é que a Ermida, casas e quintal, ligados às propriedades adquiridas pela Rainha de Inglaterra, passam, por sua morte, no bloco dos imóveis, à Casa do Infancado.

Na notícia histórica mandada fazer em 5 de Fevereiro de 1827 pelo Dr. Juiz do Tombo do Almojarifado da Bemposta, consta assim:

«Separada a Província de Santo António dos Capuchos, no Capítulo Provincial, celebrado em Santo António de Castanheira em 16 de Janeiro de 1694 e confirmado pelo Papa Clemente XI em 24 de Abril de 1705 com o beneplácito régio do Senhor Rei D. Pedro II quis este Rei pela devoção que tinha ao mistério da Conceição que esta nova província tomasse este título — da Conceição — e ele mesmo se ofereceu para Padroeiro. Nesta separação foi uma das cláusulas o haver em Lisboa no Convento de Santo António, duas celas para os dois pro-

(1) Tal suposição é do Dr. Juiz do Tombo, que em 5 de Fevereiro de 1827 mandou fazer a Notícia histórica do Real Hospício.

curadores da província erigenda, para tratarem dos negócios da Cidade. Pouco tempo durou esta condição e então se viu a necessidade que havia de um hospício em Lisboa, tanto para os procuradores como para os Missionários que iam para o Maranhão, e de lá vinham. Fundou-se este em umas casas aos Cardais de Jesus; mas quando se foram em 1708 a reedificar, se embaraçou a obra por embargo que lhe puseram as Religiosas do Convento dos Cardais. Sabendo disto o Sereníssimo Infante D. Francisco e por peditório de Frei Gaspar de S. Francisco, Missionário do Varatojo, fez o mesmo Senhor a oferta das casas que tinha com a Ermida de Nossa Senhora da Conceição à Carreira dos Cavalos em o referido ano de 1708 e assim o ocuparam os religiosos até 1716. Neste ano porém obrigados estes por censuras pelas violências de um visitador largaram o Hospício e andaram sem domicílio certo nove anos. Porém o Sereníssimo Senhor Infante D. Francisco conhecendo a violência fez com que de novo entrassem para ela em 1725, dia das Chagas de S. Francisco; foi ele sempre o seu Protector e em 1738 o mandou reedificar de novo e por isso ainda hoje os Padres lhe rezam todos os dias um responso por sua alma a horas da Comunidade, além dos mais sufrágios particulares, fazendo o mesmo pelo Senhor D. Pedro III que em 1755 o mandou reedificar de novo e da maneira em que hoje se acha, à excepção da varanda que lhe mandou fazer o Senhor Rei D. João VI que jaz em glória».



Nesta notícia sumária, explicada a origem e utilidade do Hospício da Carreira dos Cavalos, apontadas as vicissitudes de Procuradores e Missionários que no Infante D. Francisco tiveram desvelado protector, apenas uma notícia surpreende e parece inexacta: a da varanda «que lhe mandou fazer o Senhor Rei D. João VI que jaz em glória». Ora a verdade é que a Ermida da Carreira não apresenta varanda nenhuma.

Queria o Juiz do Tombo referir-se ao coro interior? Ou anda aqui grossa confusão com a varanda da Real Capela? Não sei que responder.



A instalação do antigo Hospício desapareceu inteiramente, dando lugar a várias habitações particulares. Apenas a Ermida de evocação de Nossa Senhora da Conceição continua no local, aberta ao culto.

É um pequeno templo, de modestas dimensões, cujo interior compreende a capela-mor e a sala de oração. Junto da entrada, um varandim de madeira que serve de coro. A divisão dos dois citados corpos interiores da Ermida é feita por uma arcada.

No altar-mor existe um trono de arco-de-volta, ao centro do qual há uma pequena imagem da Virgem, muito bonita. Sobre o arco-de-vol-

ta e ocupando o espaço entre este e o semicírculo da abóbada, vemos um quadro a óleo, emoldurado, cujo centro é ocupado por uma Assunção da Virgem; dos lados os Apóstolos consideram piedosamente a Mãe de Deus, que sobe ao céu.

Dos lados do altar-mor dois nichos: no do Evangelho, S. Francisco de Assis (ali colocado talvez por piedosa lembrança do nome do Infante instituidor do Hospício); no da Epístola, Santo António (o Hospício nasceu ligado ao convento de Santo António dos Capuchos).

Cirilo, referindo-se ao pintor André Gonçalves, o que pintou para a primitiva Capela da Bemposta, diz que «no Hospício da Conceição da Carreira... há obras suas» (coleção de Memórias, 2.^a ed., pág. 71). É de admitir que a tela que reveste o semicírculo da abóbada seja de sua autoria.

Finalmente, por cima do arco, no corpo central da Ermida, vemos o escudo do Infantado.

Pelo exterior, isto é, na sua frente para a actual Rua de Gomes Freire, a Ermida não apresenta nada de extraordinário. Apenas, sobre a porta, um outro escudo.



À modesta ermida do Hospício da Carreira anda ligada a história do insigne músico Joaquim Casimiro. Conta Ernesto Vieira que aquele organista da Bemposta um dia que foi ali cantar pediu licença aos frades para tocar o órgão. E tão bem se houve que eles, encantados, lhe pediram para voltar ali, em todas as festas, o que Casimiro fez, chegando até a compor música para algumas delas.



As obras de arte saídas da Bemposta

A notícia monográfica da Capela da Bemposta ficaria incompleta sem a referência, ainda, de algumas das obras de arte que foram sua pertença e que, em 1834 primeiro, e depois à volta de 1910, daqui saíram com destinos vários. Essas obras são, além das telas a que já atrás me referi, e que, certamente, não eram preciosidades, o famoso quadro de Holbein-o-Velho, conhecido pelo nome de «Fons Vitæ» — a Fonte da Vida; a célebre custódia que, com aquele quadro, se encontra hoje no Museu Nacional de Arte Antiga, às Janelas Verdes; e depois desses valores artísticos de primeira ordem os quadros de André Gonçalves, uma *Senhora Mãe dos Homens*, do imaginário Valentim, do século XVIII, e uma cruz processional contemporânea da Rainha D. Catarina.

Vamos por partes:

O célebre quadro de Holbein «Fons Vitæ».

Descrição — É um quadro a óleo, sobre madeira, com a dimensão de $1,92 \times 1,37$. É trabalho dos séculos XV para XVI, classificado na Escola Alemã. O seu título verdadeiro é «Putens Acquarium viventium» — *Poço das Aguas da Vida*.

«O quadro é dividido, em duas partes, por uma composição architectónica, formada por um arco de perspectiva alongada, construído no estilo do Renascimento. O arco apoia-se em várias colunas, duas das quais avançam para o primeiro plano. Este arco enquadró o grupo principal, formado pela Virgem, sentada com o Menino ao colo, S. Joaquim e Santa Ana, apoiados no espaldar da cadeira. Dum e doutro lado da Virgem, em grupos distintos (dois junto da cadeira, dois mais afastados, um no primeiro plano), várias virgens mártires. No primeiro plano, entre Santa Isabel e Santa Marta, uma fonte, no rebordo da qual se vê uma jarra. Na parede do pequeno tanque o nome e a data.

«Na composição architectónica do centro apoiam-se, lateralmente, duas balaustradas, atrás das quais se vêem grupos de anjos-músicos. Outro grupo de anjos-músicos vê-se além do último arco do corpo principal. Serve de fundo uma intensa paisagem de mar e costas, com casario e algum arvoredó. O céu toldado de nuvens» (1).

Crítica. — «As figuras do primeiro plano têm um terço do tamanho natural», observou Racinski, que viu o quadro na sacristia da capela, em 26 de Março de 1844, e o achou, ao tempo, em perfeito estado de conservação. «Les bourreaux, acrescenta, appelés, restaurateurs, n'y ont pas touché» (*Les Arts en Portugal* — Ed. 1846, pág. 295).

Racinski enganara-se. O Ex.^{mo} Sr. Dr. João do Couto, actual Conservador do Museu Nacional de Arte Antiga, a quem devemos gentilíssimas atenções e nos facultou muitos dos elementos que aqui trazemos, contou-nos que um exame radioscópico fez notar emendas, retoques e crescentos no quadro original, alterações essas porventura ainda no século XVI. Assim, por exemplo: o painel tem assinatura de João Holbein — «Joannes Holbein fecit»; e a data: 1519. Pois bem: assinatura e data não foram inscritas por Holbein; são posteriores. Além de que a data é elemento pouco frequente na iconografia da época.

Como a data de 1519 identificava a *Fonte da Vida* como o último trabalho de Holbein-o-Velho, isso, que foi certeza, volta a ser dúvida. No que porém toda a crítica está de acordo é em considerar este quadro como a obra mais importante daquele artista. Esta foi, pois, uma preciosidade que a Capela da Bemposta abrigou durante século e meio!

(1) Transcrito do verbete respectivo do Museu Nacional de Arte Antiga.

Alguns críticos chegaram a atribuir estas tábuas a Holbein-o-Moço. Porém a obra famosa, feita em Basileia porventura com a colaboração do Moço, foi já, pelos processos de crítica de arte contemporâneos, definitivamente classificada como obra do Velho Holbein.

História. — É curiosa a rota que este quadro descreve, até chegar à galeria do Museu de Arte Antiga.

O Rei Gustavo Adolfo, que foi uma espécie de Napoleão escandinavo dos começos do século XVII, passeando vitoriosamente através da Alemanha, entrou em Munique e, pelo decreto da força triunfante, saqueou o palácio do Príncipe Eleitor da Baviera, Maximiliano I. Isto passou-se depois de 1628. Na galeria do palácio se encontrava ainda, naquela data, o quadro do Velho Holbein, de que o rei sueco se apossou. Mas sem ter tido tempo de regressar ao seu país escandinavo, é assassinado, em 1632, pelos couraceiros da Áustria, no decurso da batalha de Lutzen.

Gustavo Adolfo parece ter sido tão dextro em vencer batalhas como em roubar quadros nos países de que saía dominador. Morto aos 38 anos, eis que sua filha, Cristina Vasa, a célebre Rainha Cristina de que o cinema, em tempos, se apoderou —, se encontra de posse dum reino e de copioso espólio artístico, escolhido e roubado em toda a Europa Central por seu augusto pai...

Portugal, depois da Revolução de 1640, com o fim de sustentar a apetecida independência, busca, em apoios e alianças, por toda a Europa, a força de que carece em momento tão difícil e perigoso. O nosso D. João IV e sua mulher, D. Luísa de Gusmão, habilidosamente procuram as boas graças de Cristina Vasa que, Rainha poderosa, desejavam ter por seu lado. Envia-lhe, em luzidas embaixadas, ricas porcelanas da China, gaiolas douradas com vistosos pássaros tropicais e um lindo lampadário de prata, obra de ourivesaria portuguesa. Cristina, que, apesar de solteira, foi sempre tão sequiosa do filtro do amor, ela, tão generosa com o seu corpo em face dos numerosos favoritos, não regateou também a principesca dádiva de que se tornaram credores o gentilíssimo rei português e sua mulher: e oferece-lhes o precioso quadro a *Fonte da Vida*.

Em 1653 ainda a obra-prima de Holbein-o-Velho pertencia à galeria de Cristina Vasa, junto de quem o Eleitor da Baviera fez largos esforços para reaver o quadro, sem nunca o conseguir. É talvez no ano seguinte que o quadro vem para Portugal.

D. João IV oferece as valiosas tábuas a sua filha, a Infanta D. Catarina, que em 1665, Rainha da Grã-Bretanha pelo casamento com Carlos II, embarca para aquele país. Põe-se aqui a questão de saber se o quadro de Holbein-o-Velho acompanhou a Rainha ou se ficou em Portugal. A dúvida provém, talvez, da asserção, corrente ao tempo em

que Racinski por aqui passou, e que ele transmite dizendo-a recebida dos eclesiásticos que o acompanharam na visita à Capela —, asserção segundo a qual a *Fonte da Vida* tinha vindo da Inglaterra para Portugal. Vilhena Barbosa chega a dizer que, segundo constava, as cabeças das santas virgens, figurantes do famoso quadro, eram retratos da família de Tomás Novo, o célebre chanceler de Henrique VII, rei de Inglaterra. Não obstante, o quadro de Holbein-o-Velho chegou a ser atribuído ao Grão-Vasco como, por sistema e ignorância, há mais dum século, tudo quanto era pintura da época do Renascimento.

Posto o Conservador do Museu de Arte Antiga em comunicação com o Conservador, e intendente, das galerias reais de Inglaterra, Sr. Leonel Cust, por intermédio do Conservador dum dos Museus de Londres, foi feita uma investigação sobre dois catálogos do século XVII, um de 1639, do tempo de Carlos I, outro de 1688, do tempo de Jaime II. No primeiro catálogo nada aparece. No segundo, porém, surge, sem qualquer referência ao objecto da pintura, «um Holbein». Isto levou o Sr. Cust a supor, uma vez no conhecimento de que D. Catarina tivera no seu palácio de Lisboa «um Holbein», que os quadros de Somerset House, isto é, o Holbein do catálogo de 1688 e toda a restante pintura, fosse oferta de Carlos II a sua mulher. O texto da comunicação inglesa não admite dúvidas quanto às conclusões do investigador inglês: «O Sr. Cust julga que os quadros de Somerset House podem ter sido dados à Rainha por Carlos II».

Pelo visto nada nos autoriza a concluir que o *Poço das Águas da Vida* tenha atravessado as águas salgadas do Atlântico, de Lisboa a Londres e de Londres a Lisboa. O catálogo inglês de 1688 faz referência a um «Holbein». É pouco para chegar a uma conclusão. Primeiro porque houve dois Holbein, um Velho e um Moço; e depois porque tendo cada um deles obra mais ou menos extensa, é presumível a existência em Londres, nos meados do século XVII, e na corte inglesa, duma obra de qualquer dos dois artistas que não fosse o quadro oferecido a D. João IV por Cristina Vasa. E se não é prudente afirmar, sob os dados da presente investigação, que o quadro tenha ido a Inglaterra, absurdo é julgar ter ele constituído oferta de Carlos II à Rainha D. Catarina.



Seja como for, a verdade é que D. Catarina de Bragança, ao transformar a Ermida de Nossa Senhora da Conceição na primitiva Capela, aqui colocou a obra-prima que seu pai lhe ofertara e que, no século XVIII, foi vista na Bemposta por Guaranti. É natural que a preciosa tábuia tenha estado na Capela antiga e que só depois do terramoto passasse à sacristia, onde Racinski a encontrou, como vimos, em 1844.

Logo em 1846, data em que saiu dos prelos o livro deste crítico de Arte, *Les Arts en Portugal*, o Vedor da Casa Real, D. Manuel de Por-

tugal e Castro, escreve ao Almojarifado da Bemposta pedindo informações acerca do quadro. Fora o caso que o Rei D. Fernando tivera conhecimento da existência do famoso Holbein por um discurso do Director da Academia de Belas Artes, Francisco de Sousa Loureiro (1). A carta do Vedor da Casa Real tem a data de 6 de Fevereiro. Mas a ansiedade de D. Fernando era tanta que logo no dia seguinte o mesmo Vedor escreve ao cônego fabricante da Capela nova carta, pedindo-lhe a descrição do quadro.

Estes comenos eram um prenúncio fatal da saída do quadro, que passa, pouco depois, para a posse e usufruto da Casa Real, nos termos de disposto no artigo 7.º da lei de 18 de Junho de 1855. Que esse usufruto, ao tempo, parecia incontestável, é evidente. O artigo 85.º da Carta Constitucional, textualmente informa que determinados prédios (e a Bemposta era um deles), ficavam sob o domínio da Coroa e reservados para uso de D. Maria II e dos seus herdeiros. No seu decreto de 9 de Dezembro de 1850, em que a Rainha manda entregar o Palácio Real da Bemposta ao Ministério da Guerra, se diz textualmente: «sem que todavia se considere como separado do domínio da Coroa é incorporado de novo nos bens nacionais».

Mas a Capela, conforme vimos, ficara excluída da concessão feita por aquele decreto, quer dizer, continuava na posse plena da Casa Real. É natural, pois, que a deslocação do quadro, dali para as Necessidades, fosse considerada acto de mera administração particular.

Nas Necessidades, portanto, e à vista do Rei D. Fernando, repousa o quadro do Velho Holbein durante toda a segunda metade do século XIX, de onde apenas sai, em 1872, para a Exposição Holbeineana de Dresde, segundo depoimento de Joaquim de Vasconcelos, que então ali o viu (2). D. Fernando, ao que parece, aproveitou então a circunstância para submeter o quadro a cuidadoso restauro. Ainda em Dresde é ele reproduzido em gravura por Forster.

Depois regressou à galeria das Necessidades. E Vasconcelos, que certamente se interessara, na exposição de Dresde, pela obra-prima de Holbein-o-Velho, foi certo dia ao Palácio Real, solicitado por nova contemplação. Nela é surpreendido pelo Rei D. Fernando, que, desvanecido, lhe pergunta: «Então, Vasconcelos, estás admirando o meu Holbein?».

Ao que o marido de Carolina Michaëlis retorquiu assim:

— «O da Bemposta, meu Senhor...».

Era já a consciência dos bens nacionais a revelar-se. Numa entrevista dada em 11 de Abril de 1913 ao 'Século' pelo Dr. José de Fi-

(1) Artigo do Dr. Teixeira de Carvalho na 'Resistência' (?).

(2) *Arte Religiosa em Portugal*, fasc. 19.

gueiredo, o falecido director do Museu de Arte Antiga conta que em 1899 a Academia Real das Belas Artes reclamara já a posse do quadro. Ao tempo dessa entrevista os jornais faziam referência à reclamação de D. Manuel, que solicitava a posse do quadro como pertença, que fora, da extinta Casa Real. Talvez por efeito dessa reclamação, que ao tempo agitou, com a questão da posse, a da localização do quadro, este entra, finalmente, naquele Museu em 21 de Julho de 1913.

Toda esta agitada história do *Poço das Águas da Vida* suscita o maior interesse pela contemplação do quadro a que, no Museu das Janelas Verdes, foi reservado um lugar de honra.



A Custódia, cujo desenho é atribuído a Ludwig (o architecto de Mafra)

Há quem chame aos Museus, com uma certa razão, cemitérios da Arte... Efectivamente, nas extensas e calmas galerias de quadros, de escultura, de mobiliário, de ourivesaria, tudo tem um ar pacífico e dormente de «natureza morta»... O aglomerado, a classificação, sobretudo a *quantidade* de coisas belas e qualificadas, tudo é causa, em cada obra, duma peculiar tristeza, parecida com a morte... Ao considerar toda essa beleza que perdeu a vida, onde vai findo o significado que lhe deu origem, na nossa emoção existe, implícito, o desejo da história de cada corpo jacente ou pendurado... Sem essa pequenina ansiedade satisfeita a coisa bela é menos bela, e, até certo ponto, coisa inútil...

Nunca vejo a Custódia da Bemposta, que está nas Janelas Verdes, sem esse sentimento interrogador, essa imediata sensação de tristeza. Na sala do Museu, onde a vemos exposta em lugar de honra, entre tapetes de preço e mobiliário raro, tem ela, efectivamente, o ar amolecido que dá o cativoiro... Aflige pensar que a Custódia da Bemposta não mais verá a Bemposta. E se alguma resignação nos pode vir, a este pensamento, provirá ela de sabermos que a Bemposta, por sua vez, é também coisa que perdeu a vida...

Descrição. — É uma vistosa peça de prata dourada e incrustada de pedras finas. Tem de altura 0,97. O resplendor mede 0,33 e a base tem 0,32.

De forma triangular, esta custódia é lavrada a cinzel em quartelas e folhas. Nos três ângulos inferiores ostenta as figuras da Fé, Espe-

rança e Caridade e nos ângulos superiores três Anjos. Apresenta mais nove cabeças de serafins, três das quais sobrepostas e seis nascidas da mesma peça e em alto relevo.

Nas três faces da base vêem-se outros tantos medalhões ovais que nos apresentam, em baixo-relevo, Jesus à mesa de Emauz, com dois discípulos (Evang. S. Lucas, 24, V, 13 — 33). É ainda a base ornamentada de labores múltiplos, com flores, fitas e quartelas sobrepostas e guarnecidas de várias pedras finas e cristais diversos.

A glória ou parte superior da custódia é formada por trinta e dois raios, cada um dos quais com uma fita sobreposta, cravejada de diamantes vários. O círculo da glória é limitado exteriormente por duas estrelas, dois laços e doze cravações, quatro das quais em forma de pingente. Interiormente e no sentido da base assenta, no círculo, a luneta ou meia lua onde se deposita a sagrada hóstia. Todas estas partes são cravejadas de diamantes vários e numerosos rubins.

Este belo exemplar da Arte religiosa pesa, com as peças soltas que lhe respeitam, 14.659 gramas. O seu valor foi estimado, em 1876, em 12 contos de réis.

São numerosas as pedras finas que ornamentam a custódia da Bemposta, a saber:

Diamantes-brilhantes vários	1.635
Diamantes rosas	88
Rubins	605
Esmeraldas	1.460
Safiras	32
Ametistas	183
Topázios grandes	2
Turmalina cor de rosa	1
<i>Total</i>	<u>4.006</u>

Além destas pedras, possui a custódia crisólitos, granates, cristais brancos e de cor em número indeterminado. Faltam-lhe, no entanto, algumas pedras.

Crítica. — Esta custódia admirável, cuja época de factura é apontada entre 1740 e 50, é do chamado estilo D. João V, ou seja, o nosso rococó. É um objecto do culto, sim, mas do culto pomposo, magnífico, complicado. Se bem que o estilo da Capela da Bemposta seja posterior ao da custódia, esta não contradiz a ligeireza frívola daquele ambiente.

Existe no Museu de Arte Antiga um desenho que tem a cota n.º 473 e representa uma custódia muito semelhante à da Bemposta. Não será ele o modelo que serviu para a execução do ourives; é, porém, um desenho muito aproximado à obra que foi executada, e de tal forma que no meio de dois querubins tem, por escrito, a indicação da ametista, pedra que o autor do desenho visionava já para esse pormenor do seu trabalho.

E quem fez esse desenho?

Pois no Museu de Arte Antiga existe a convicção de que se trata de Ludwig, ou Ludovice, o autor do projecto de Mafra, o que edificou para sua moradia, no alto da calçada da Glória, uma das mais lindas casas da Lisboa de setecentos. Tal parecer resulta da comparação do traço com outros trabalhos, também arquivados naquele Museu e que designadamente pertencem ao grande artista alemão, nascido em Ratisbona.

História. — Executada decerto por encomenda do Infante D. Francisco, irmão de D. João V, a custódia da Bemposta permanece na Capela até o período liberal, posterior a 34. Mas esteve dali ausente desde 1807 a 1821, isto é, durante a época em que a Família Real se deslocou para o Brasil. Na debandada que precedeu a primeira invasão francesa encheram-se as naus com o espólio artístico e os tesouros das Capelas e Palácios reais. A custódia da Bemposta pertenceu ao número das peças acauteladas contra a cobiça das hostes de Napoleão. É possível que as pedras e cristais que lhe faltam dela tenham caído em consequência da movimentada deslocação.

Saída da Bemposta após o advento do liberalismo, é a linda peça guardada pelo Estado. Em 1876 encontrava-se em poder da Caixa Geral de Depósitos, de onde, em 10 de Maio daquele ano, transita para o Museu Nacional de Arte Antiga. Ali pode ser admirada na sua triste e resignada inutilidade.



Os quadros de André Gonçalves

Cirilo faz referência, na biografia de André Gonçalves (1), aos quadros deste pintor «das Capellas da Bemposta, que passarão, pela renovação da Igreja para a Sacristia». Daqui é a notícia transcrita, quase pelas mesmas palavras, em todos os trabalhos de investigação geral, onde a Bemposta é parte. E embora certos autores, como Vilhena Barbosa, escrevam de forma que parece terem visto as referidas obras

(1) *Colecção de Memórias* — 2.ª ed., pág. 71.

de André Gonçalves, a verdade é que nenhuma informação até hoje identificou os quadros deste pintor, nem tão-pouco lhes determinou a quantidade.

Que assuntos sacros teria escolhido o mestre para os seus retábulos da Bemposta? Provavelmente, uma Assunção da Virgem, destinada ao altar-mor da antiga capela, reservando para outros altares temas semelhantes aos escolhidos, mais tarde, por Pedro Alexandrino. Quando do terramoto, esses quadros, como indica Cirilo, não tendo recebido quaisquer danos, passaram a guarnecer a sacristia, onde ficaram ao lado do Holbein.

Desde quando estiveram as telas de André Gonçalves na primeira Capela e que possuidor da Bemposta lhas teria encomendado? Pois a essa pergunta responderemos que este pintor, famoso no seu tempo, amigo e vizinho de Pedro Alexandrino, embora mais idoso do que ele, faleceu com 70 anos, em 1762. Quando morreu D. Catarina, tinha 13 anos; em 1755 já os seus quadros guarneciam a capela antiga. Não foi, portanto, pintor de D. Catarina de Bragança, pois era ainda um rapaz quando ela faleceu. Não é também provável que tivesse pintado para o Infante D. Pedro, que, como vimos, tem o seu nome ligado ao início da reconstrução da Capela. D. João da Bemposta, já foi dito, não cremos que vivesse no palácio; pelo menos como em casa sua, depois da morte de seu pai, o Infante D. Francisco, ocorrida em 1742; e isto porque a posse da Casa do Infantado, disputada logo pelo seu tio, D. António, passou, por sentença, como vimos, ao Infante D. Pedro.

Inclinamo-nos, pois, a que os quadros de André Gonçalves houvessem constituído encomenda do Infante D. Francisco e estivessem já aqui colocados à data da sua morte. Reforça esta hipótese, ou suposição, o facto, confirmado ainda por Cirilo, de no Hospício da Conceição da Carreira, instituído pelo mesmo Infante e localizado nas dependências da Bemposta, à Carreira de Cavalos, haver obras suas ⁽¹⁾.

Quando saíram da sacristia os quadros de André Gonçalves? Provavelmente logo a seguir a 1834 — data fatídica para o espólio artístico de todas as instituições religiosas em Portugal.



A «Senhora Mãe dos Homens»

Cirilo aponta Valentim, que foi Mestre Valentim dos Santos Carvalho, e que viveu e morreu no século XVIII, como tendo sido o imaginário, autor duma *Senhora Mãe dos Homens*, com que esta Capela foi prendada. Castilho e outros reproduzem a indicação de Cirilo,

(1) Cirilo, *ob. cit.*, pág. 71.

mas ninguém deixou notícia crítica do que fosse a imagem que mereceu citação a Wolkmar Machado.

Desconhecida hoje, portanto, a beleza velha de cerca de 200 anos, da *Nossa Senhora* de Mestre Valentim, saibamos, ao menos, que a santa imagem existia ainda, guarneecendo um dos altares do corpo da capela, em 3 de Janeiro de 1911, data do arrolamento posterior à secularização desta igreja. À espera de outros destinos, aqui se manteve a imagem, ao lado das ricas alfaias e objectos de culto como ela arrolados, até que em 27 de Julho de 1915 deixa a Bemposta por outra vida melhor.

A cruz processional de D. Catarina de Bragança

No arrolamento referido, de 3 de Janeiro de 1911, figura uma cruz processional, com haste em ponta de narval, de que damos a seguir as características, transcrevendo-as do dito arrolamento:

«Esta cruz tem a haste e os braços de secção circular. A haste parte de um globo e nos extremos dos braços há uma flor-de-lis. Tem no reverso, ao centro, um postigo redondo, que deixa ver um bocado de madeira. Nos braços está gravado: «CRUX PECTORALIS SANTI THOMÆ ARCHIEPISCOPI CANTUARENSIS», e mais abaixo: «A REGINA CATHARINA IN AMPLIOREM FORMAM REDUCTAM ANNO 1664» (Tradução: Cruz Peitoral de Santo Tomás Arcebispo de Cantuária — Reduzida à forma maior (aumentada) pela Rainha Catarina Ano de 1664). No anverso, aos pés do Santo Cristo, há dois CC entrelaçados, encimados pela coroa real».

Não se encontrando esta cruz no Museu de Arte Antiga, é hoje difícil saber aonde foi parar. A sua configuração e beleza não transparecem claramente do texto que fica transcrito. Seja como for, a cruz terá, ao menos, interesse histórico, principalmente para esta Capela, hoje transformada em Museu Militar.



GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

ASSEMBLEIA GERAL DE 1953

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA

Referente ao ano de 1952

Ex.^{mos} Consócios:

Mais um ano, e já vamos no XVII, e não esmoreceu ainda o ardor bélico-pacífico dos «Amigos de Lisboa».

Bélico no afã do trabalho e amor pela colectividade e pela nossa cidade natal. Pacífico na paciência em esperar ou de ver desaparecer aqui e ali algo de evocativo e amável do nosso velho burgo sacrificado ao camartelo do progresso. É a época.

Iniciou o Grupo este ano as suas actividades culturais com uma novidade, as «Exposições» — quatro se realizaram na sede: Primeiros números de Jornais Olisiponenses, da colecção do Secretário-Geral; Registos de azulejos da cidade em fotografia, da colecção do Ex.^{mo} Sr. Eng.^o Amílcar de Melo; Fotografias anteriores a 1890, da colecção do consócio n.º 1.000 Ex.^{mo} Sr. Eduardo Portugal, e Desenhos e gravuras da autoria do consócio Ex.^{mo} Sr. Luís Trindade.

Houve um curso fotográfico intersócios com motivos de Lisboa, que deu origem a uma curiosa exposição e a duas sessões de cinema de amadores, com exibição de fotos a cores das colecções dos consócios Ex.^{mo} Sr. Albert Schmidt e em que colaboraram a Pathé Baby, Lda., e os Ex.^{mos} Srs. Celestino Teixeira e Armando de Oliveira Mendes. Nesse concurso o Júri atribuiu os seguintes prémios: «Hors Concours» aos Ex.^{mos} Srs. Albert Schmidt, Eduardo Portugal e Regino Paulo da Cruz. O primeiro, segundo e terceiro prémios foram atribuídos, respecti-

vamente, aos Ex.^{mos} Srs. Tenente-Coronel Fernando de Castro da Silva Canedo, Manuel Pinho Fião e De Wett Henriques Alves. Aos «Hors Concours» foram atribuídas gravuras originais do nosso consócio Ex.^{mo} Sr. Luís Trindade e os prémios foram constituídos por obras lisiponenses.

Continuaram as conferências na sede e algumas como o «Pitoresco de Lisboa», que, no tipo da série «Cor de Lisboa», agitaram a *élite* lisboeta e produziram obra notável, que o nosso OLISIPO reproduziu. Foram da iniciativa do nosso ilustre Tesoureiro, Ex.^{mo} Sr. Hugo Raposo, Secretário-Geral em 1951.

As visitas alargaram-se um pouco fora do âmbito da cidade, sempre porém com o seu a-propósito.

Continuaram as actividades materiais do Grupo — venda das edições da C. M. L., da I. N., da I. U. C. e a comparência na Feira do Livro, mercê do obsequioso convite do Grémio dos Livreiros. Nas visitas, que foram doze, há a salientar o carinho com que a Junta de Freguesia, os organismos locais e a população bairrista nos receberam no Bairro da Mouraria aquando da visita à Igreja do Coleginho e ao Edifício do Amparo, em forma que faz lembrar o modo como os representantes do Grupo foram recebidos em Alcântara — aquando do centenário desta freguesia.

As nossas contas, a despeito de todas as nossas realizações terem dado, em geral, lucro, sobretudo o Passeio no Tejo, que teve um saldo positivo de Esc. 6.283\$80, porque a renda da casa passou, em virtude das avaliações oficiais, para o triplo e porque os trabalhos tipográficos encareceram, apresenta um déficit de Esc. 2.921\$29, que a recente resolução dos sócios em acederem ao pedido de aumento voluntário da quota rapidamente saldará. Este transe foi bem a prova do amor dos sócios à nossa instituição.

Agora surge o problema da sede. Há que procurar outra casa. A fatalidade da Lei e o desinteresse dos homens a tal nos levará.

Durante o ano findo faleceram 14 dos nossos prestimosos consócios, cujos nomes adiante se referem e foram demitidos 104 por motivos vários. Entraram 120 novos sócios, o que perfaz, em 31 de Dezembro de 1952 1.409 sócios ou sejam mais 2 que em igual data do ano anterior.

Entre os falecidos, dois avultam para a nossa sentimentalidade: o Vice-Presidente da Assembleia Geral e sócio fundador Ex.^{mo} Sr. Norberto de Araújo, cujo nome basta para ser uma evocação do seu amor por Lisboa e a quem o nosso Vice-Presidente, no número 61 do *Olisipo*, agora publicado, prestou as devidas homenagens; o outro foi o Ex.^{mo} Sr. Alfredo Augusto Lopes, sócio n.º 475, que amava a cidade e a sua vida a seu modo característico e simpático, e que connosco colaborou em

conferências e no *Olisipo*. No funeral de ambos a Junta Directiva fez-se representar, e à família de todos fez sentir o seu pesar oportunamente. Foram eles:

Norberto de Araújo;
António Antão;
José Coelho Pacheco;
Joaquim N. dos Santos Silva;
Armando Pires de Lima;
António da Costa Rodrigues;
Alfredo Augusto Lopes;
Eurico Sampaio Satúrio Pires;
Carlos O. Vasconcelos Botelho Moniz;
Luís Solano Mendonça de Oliveira;
João Martins Romão Fernandes;
António Rafael Ferreira;
Nuno Pinheiro;
José Ferreira Marques.

A nossa Secção de Movimento Cultural e Propaganda merece a nossa gratidão pela solicitude sempre demonstrada. A Secção de Estudos Económicos e Sociais, a despeito da sua convocação, não se conseguiu reunir. As outras não houve ensejo para se convocarem.

A Comissão de Contas, sempre atenta, colaborou connosco com a sua discreta assistência.

Propomos a VV. Ex.^{as}:

- 1.º — Um voto de agradecimento à Comissão de Contas;
- 2.º — Um voto de louvor e agradecimento à Secção de Movimento Cultural e Propaganda;
- 3.º — Um voto de agradecimento a todos os consócios que directamente colaboraram na direcção de visitas, conferências, exposições e júris das mesmas e outras actividades culturais, não esquecendo a Direcção da revista *Olisipo* e o nosso consócio Ex.^{mo} Senhor Luís Moita, na sua obsequiosa interferência no arranjo gráfico da mesma;
- 4.º — Agradecimentos à Imprensa, Emissora Nacional, e Rádio Club Português, pela sua colaboração, sempre tão solícita;
- 5.º — Agradecimento aos advogados Ex.^{mos} Srs. Drs. José Lino e Fernando Teixeira, pela obsequiosa interferência na nossa questão de inquilinato;
- 6.º — Um voto de sentimento pelos consócios falecidos;

7.º — Um voto de louvor ao nosso pessoal e em particular ao chefe da secretaria, o nosso consócio n.º 450, Ex.º Sr. Caetano Joaquim dos Reis.

Lisboa, 15 de Janeiro de 1953.

A JUNTA DIRECTIVA

Prof. Doutor Augusto Pires Celestino da Costa
Presidente

Gustavo de Matos Sequeira
Vice-Presidente

Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves
Secretário-Geral

Dr. José Leitão de Barros
Secretário-Geral Adjunto

Hugo Raposo
Tesoureiro

Diamantino Tojal
Prof. Doutor Joaquim Fontes
Joaquim Roque da Fonseca
Coronel José Pereira Coelho
Vogais

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS

Referente ao ano de 1952

Prezados Consócios:

De harmonia com a alínea b) do artigo 41.º dos Estatutos desta agremiação, temos o prazer de apresentar o nosso parecer, cumprindo-nos assim informar os nossos queridos consócios de que a Junta Directiva deste organismo continua a ser muito prestável em todas as Secções do Grupo, quer empregando os seus melhores esforços para que esta colectividade se vá tornando cada vez mais útil aos seus associados, quer promovendo conferências ou exposições e visitas.

Temos seguido passo a passo todo o movimento cultural e administrativo deste grémio e constatamos que mais se valorizam a inteligência, afincos e serenidade que tem empregado para o bom nome já adquirido.

O sucessivo aumento de sócios demonstra de certo modo o justo interesse que continua a despertar nos lisboetas a nossa bem organizada agremiação.

Devemos salientar o esplêndido sentido cultural pelas eruditas conferências ditas na nossa sede por consagrados investigadores olisiponenses.

Justo é também elogiar a persistente propaganda divulgadora da nossa sempre linda Lisboa pelas inúmeras visitas de estudos a diversos edifícios e monumentos, que em todos nós desperta a vontade de ser benemérito da cidade.

Há ainda as instrutivas exposições realizadas, que provam à evidência o alto critério que preside a estes importantes meios de propaganda.

Valorizam a nossa capital as boas aquisições e delicadas ofertas de livros para a nossa já importante biblioteca.

É também digna da nossa atenção a melhoria que os Ex.^{mos} Srs. Directores deram ao nosso boletim *Olisipo*, que se torna de elevado merecimento e utilidade, não só pela aparência gráfica, como ainda pela erudita colaboração dos nossos mais dedicados investigadores.

Findo o nosso parecer, temos a honra de propor:

1.º — Que, VV. Ex.^{as} aprovem unânimemente o Relatório da Junta Directiva, documento em que se nota bom sentido administrativo;

2.º — Que seja lançado na acta um Louvor à Secção de Movimento Cultural e Propaganda pela sua tenaz actividade nas várias visitas realizadas no referido ano.

3.º — Que nos acompanhem num voto de sentimento pelos «Amigos de Lisboa» até agora falecidos.

Lisboa, 14 de Janeiro de 1953.

A BEM DE LISBOA

Coronel Pestana de Vasconcelos
Presidente

Higino Nunes da Silva
Secretário

Henrique Marques Júnior
Relator

FEIRA DA LADRA

TOPONIMIA

NÃO assinalam os nossos roteiros todas as denominações dos mil recantos da cidade. Umhas porque se perderam nos hábitos da população; outras porque as posturas as modificaram e finalmente algumas porque, referindo-se a locais de pequena importância, são quase desconhecidas fora do próprio meio. É por isso que trazemos hoje à recordação dos «Amigos de Lisboa» três designações toponímicas, que serão, para muitos, uma surpresa.

TRÓIA — Pequeno conjunto de casas abarracadas, situado em Chelas, por detrás da Fábrica da Pólvora, com serventia pelo Largo do Broma. Marinho de Azevedo, na «Fundação e Grandezas de Lisboa» (1733), alude à lenda de ter sido o convento de Chelas, quando templo de vestais, o esconderijo de Aquiles. Será esta a razão por que o pequeno lugar se chama Tróia? Segundo insuspeitos testemunhas recolhidos, há para mais de cinquenta anos que existe e que por este nome é conhecido.

ARCO DAS PANEAS — Viaduto ferroviário situado na Rua do Vale Formoso de Cima, ao Poço do Bispo. Diz-se no local, de todas as casas que estão situadas um pouco aquém e um pouco além do arco, que ficam ao Arco das Panelas. Queirós Veloso menciona este acidente toponímico nos seus roteiros do fim do século XIX.

ATRÁS DOS FÓSFOROS — Assim se designa correntemente na região do

Beato todo o bairro existente por detrás da Fábrica de Fósforos da Rua do Açúcar, sejam as Ruas Capitão Leitão, José Domingos Barreiro e Afonso Anes Penedo.

Ao fundo deste paralelogramo de arruamentos, sem saída para o interior, corre a linha do caminho de ferro que vai de St.^a Apolónia para Braço de Prata. Ao lado está o Palácio da Mitra, que foi residência de verão do primeiro patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida e é hoje o Museu da Cidade.

H. R.

P. P. D.

ESTAS três letras, aparentemente silábicas, que se inscrevem sob a legenda inscrita numa das faces do Arco da Rua Augusta, têm dado que pensar a muito boa gente. Aqui no Grupo, várias vezes chegaram inquiridos sobre o significado a atribuir-lhes. Vieram consultas do Porto, e o director deste Boletim foi com frequência assediado com perguntas sobre o misterioso P. P. D.

Afinal, parece que foi ele quem aqui há anos decifrou o enigma, mas, à força de acumular minúcias deste tomo e de as baralhar como é natural em anos adiantados, acabou por esquecer a interpretação. Só muito recentemente, alguém se recordou de lha ter ouvido.

Para encurtar: o intrigante P. P. D. quer dizer simplesmente: «Per Pecuniam Donatus», isto é, que a obra foi erguida por dádivas de dinheiro OM, como hoje diríamos, «por subscrição».

E a charada fica morta. E quem verdadeiramente a matou foi o Dr. Gilberto Monteiro, que soube guardar no ouvido o que a nós nos esqueceu totalmente.

CUIDADOS DE URBANIZAÇÃO

O Diário Municipal, n.º 5.562, de 4 de Novembro do ano findo, publicou um despacho que, entendemos, merece referência especial. É o que diz respeito a um certo número de medidas tendentes a salvar no decurso das demolições a efectuar, as características locais e as minúcias artísticas. Como é bom vulgarizá-lo, aqui o damos na íntegra:

1.º — Que, de futuro, a Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras nas informações a prestar acerca de pedidos dirigidos à C. M. L. por particulares que envolvam a demolição de prédios ou de que resulte a eliminação de espaços livres privados ou mesmo a perda de espécies vegetais notáveis, ponha o facto em destaque e chame para ela especial atenção;

2.º — Que seguidamente e em relação aos mesmos pedidos, a Direcção dos Serviços de Salubridade e Edificações Urbanas, a Direcção dos Serviços Centrais e Culturais ou a Direcção dos Serviços Técnicos Especiais consoante os casos, se pronunciem acerca do real valor artístico das edificações a demolir ou de interesse panorâmico ou paisagístico dos espaços livres ou espécies vegetais a eliminar, e que, averiguada para determinado pedido a existência de qualquer das condições atrás apontadas, seja imediatamente proposto o indeferimento;

3.º — Que, no caso de ser de admitir a demolição de uma construção existente, a respectiva licença só seja concedida depois de conhecido e considerado o projecto de reconstrução ou nova construção.

Sabemos que, além de passarem a ter interferência em tais assuntos as Repartições Camarárias que se citam no Despacho, também a Comissão de Arte e Arqueologia, que funciona no Município como comissão consultiva, será ouvida para qualquer resolução ulterior sobre as demolições a efectuar.

ZONAS DE PROTECÇÃO AOS MONUMENTOS

A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, de há muito estabelece zonas de protecção para isolamento e desafronta valorizadora das espécies monumentais à sua guarda e conservação, e as Câmaras Municipais, por seu turno, têm colaborado em tais medidas, defendendo que se construam imóveis que prejudiquem os prospectos architecturais.

Acontece, porém, que em Lisboa se está actualmente erguendo um prédio que afronta a Basílica da Estrela. Erguido na retaguarda deste templo, já mostra sete andares e ultrapassa em muito os telhados do monumento levantado pela Rainha D. Maria I. Cortou-se um muro que pertencia à cerca do antigo Convento, abriu-se nele um arco para acesso a uma garagem, e tudo faz prever que a obra irá por diante, com manifesto prejuízo da visão do monumento e em desacordo com os ditames da lei que se tinha estabelecido. Durante muito tempo não se consentiu ali qualquer construção, mesmo de proporções mais modestas, e de aí a estranheza por se ter consentido agora semelhante obra.

Como aos Amigos de Lisboa isto parece digno de reparo, aqui fica consignado o seu desacordo. E querem crer que os serviços superiores da Câmara Municipal de Lisboa ignoram o desacerto da obra que se está efectuando.

ACÇÃO CULTURAL
DO
GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"
DURANTE O ANO DE 1953

VISITAS DE ESTUDO

- 18 de Janeiro — À *Escola e Serviços de Assistência da Junta de Freguesia de S. José*, dirigida pelo Sr. João Bruges d'Oliveira.
- 7 de Fevereiro — Às instalações do *Laboratório de Engenharia Civil*, dirigida pelo Sr. Eng.º António de Arantes e Oliveira.
- 22 de Fevereiro — ao *Liceu Charles Lepierre*, dirigida pelo Sr. E. Dumozet.
- 8 de Março — À *Fábrica de Gás da Matinha*, dirigida pelo Sr. Eng.º Nolasco da Silva.
- 21 de Março — À *Exposição de Tapeçarias de Pastrana*, no Ministério das Finanças, dirigida pelo Sr. Dr. Cayola Zagalo.
- 22 de Março — À *Escola Profissional Josefa de Óbidos*, dirigida pela Sr.ª Dr.ª D. Maria das Dores Malveiro, e *Capela do Senhor Jesus do Triunfo*, dirigida pelo Sr. Luís Norberto.
- 26 de Abril — Ao *Asilo de Santa Catarina*, dirigida pelo Sr. Hugo Raposo.
- 2 de Maio — À *Sala Columbano*, do *Museu de Arte Contemporânea*, dirigida pelo Sr. prof. Armando de Lucena.
- 3 de Maio — À *Escola Técnica Elementar Eugénio dos Santos*, dirigida pelo Sr. Dr. António Gonçalves Matoso.
- 17 de Maio — À *Igreja de S. João de Deus*, dirigida pelo Sr. Arq. António Lino.
- 31 de Maio — Ao Concelho de Cascais, dirigida pelo Sr. Tenente-Coronel José Roberto Raposo Pessoa.
- 7 de Junho — À *Igreja de Santo Eugénio*, dirigida pelo Sr. Padre Armindo dos Santos Duarte e ao *Centro Recreativo Popular da Bairro da Encarnação*, dirigida pelo Sr. João Carlos Estrela.
- 20 e 27 de Junho, e 4 e 5 de Julho — Ao *Comando Geral da Polícia e Comando da Polícia de Segurança Pública de Lisboa*.
- 28 de Junho — À *Alenquer e Santa Quitéria de Meca*, dirigida pelo Sr. Dr. Luciano Ribeiro.

- 18 e 19 de Julho — Ao *Palácio Nacional da Ajuda*, dirigida pelo Sr. Dr. Cayola Zagalo.
- 29 de Novembro — À *Igreja do Santo Condestável*, dirigida pelo Sr. Arq. Vasco Palmeiro (Regaleira).
- 12, 13, 19 e 20 de Dezembro — Ao *Observatório Astronómico de Lisboa*, dirigida pelo Sr. Dr. Manuel Peres.

CONFERÊNCIAS

- 24 de Janeiro — *Os jacentes da Sé de Lisboa e a sua indumentária*, pelo Sr. J. M. Cordeiro de Sousa.
- 29 de Janeiro, 5 e 7 de Fevereiro — *Arquitectura de Lisboa* — Generalidades pelo Sr. Arq. Raul Lino; «*Nem tanto ao mar nem tanto à terra*», pelo Sr. Prof. Armando de Lucena, e «*A Fatalidade do Tempo*», pelo Sr. Gustavo de Matos Sequeira.
- 9 de Abril — *Da Rua Nova à Rua dos Capelistas*, pelo Sr. Mário Costa.
- 16 de Maio — Conferência a propósito da Exposição e Registo de Santos Olisiponenses, pelo Sr. Prof. Luís Chaves.
- 21 de Maio — *Conferência sobre a Obra Olisiponense do Pintor de Arte Alfredo Keil*, pelo Sr. Diogo de Macedo.
- 10 de Junho — *Cumões e o Homem do Renascimento*, pelo Sr. Prof. Hernani Cidade.
- 18 de Junho — *Sobre a Polícia de Segurança Pública de Lisboa*, pelo Sr. Coronel Monteiro Libório.
- 21 de Novembro — *O Culto de Santo António*, pelo Sr. Gustavo de Matos Sequeira.
- 3 de Dezembro — *Atribuições duma companhia lisboeta de viação*, pelo Sr. Eng.º António Pais de Sande e Castro.

SESSÕES DE CINEMA

- 23 de Abril — Filmes sonoros e coloridos obsequiosamente cedidos pela Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, organizados e exibidos pelos nossos consócios e funcionários superiores do Município, Srs. Arq. Mateus Júnior e Desenhador José Espinho.

EXPOSIÇÕES

- 9 a 17 de Maio — *Exposição de Registos de Santos Olisiponenses*, da colecção do Sr. Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves.
- 21 a 30 de Maio — *Exposição da Obra Olisiponense do Pintor de Arte Alfredo Keil*, organizada por sua filha Sr.ª D. Guida Keil.
- 13 a 20 de Junho — *Exposição de Silhuetas e outros bonecos*, de Zé Cruz, Sr. Dr. José Garrido Mendes da Cruz.
- 14 a 28 de Novembro — *Exposição Antoniana*, organizada com a colecção do Sr. Dr. José Pinto de Aguiar.

PASSEIOS NO TEJO

26 de Julho — *Passeio no Tejo* — Lisboa-Vila Franca-Barra-Lisboa, com palestras pelos Srs. Dr. Francisco Câncio e Eng.º Alvaro Lima, e a colaboração artística da Sr.ª D. Gina Santos e dos Srs. Dr. Francisco Loureiro Dinis e D. Vicente da Câmara.

Pérola do Rocio, L.^{da}

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas, para todo o país e estrangeiro

Rocio, 105 - LISBOA

Telefone 2 0744

E. Pinto Basto & C.^a L.^{da}

LISBOA

**TRANSPORTES MARÍTIMOS
E AÉREOS**

CARVÃO

SEGUROS

**REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)**

EXPORTAÇÕES

TRANSITÁRIOS, ETC. ETC.

no PORTO

KENDALL, PINTO BASTO & C.^a, L.^{da}

Secções de Tipografia, Encaderna-
ção e Pautação. Trabalhos simples
e de luxo

PAPELARIA ≡ CAMÕES ≡

DE

**AUGUSTO, RODRIGUES & BRITO,
LIMITADA**

Pincéis, telas e tintas de óleo, para
aguarela, desenho e guaches das
marcas: Lefranc, Windsor, Pelikan
e Schmincke



42 — Praça Luís de Camões — 43
Telef. 23063 — LISBOA

A T E N Ç Ã O

ANTIGA OURIVESARIA **Miguel A. Fraga, L.^{da}**

PAVILHÃO DOS OURIVES

Largo Martim Moniz, 18

OURO, PRATA, E JÓIAS a baixos preços.

Telefone 2 8503

TELE } FONES 5 8135-5 8136
GRAMAS: MALHAS



CÓDIGOS { ABC — 5.ª Edição
R I B E I R O

MARCA REGISTRADA

Simões & C.ª, Limitada

Avenida Gomes Pereira — BENFICA

Fundada em 1907

A mais importante Fábrica de artefactos de malha do País,
Fabricação de meias, peúgas, camisolas e rouparia de
malha para homens, senhoras e crianças, em algodão,
lã e seda

Criadora da bem conhecida e acreditada meia NYLON «SUPREMA»
e das roupas «SUPREMA»

Celeiro de Xabregas, L.ª

Rua Gualdim Pais, 3, 3A, 3B
LISBOA

PRODUTOS CONTINENTAIS
E COLONIAIS

Importação e Exportação



Agentes e Correspondentes em todo o Mundo



Telegr. CELEIRO ————— Telef. 840962 — 847232

COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

GRANDES E
PEQUENAS
QUANTIDADES



Livraria Garrett, 36

L I S B O A

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

A mais antiga e maior empresa armadora portuguesa nas carreiras de África

SEDE

RUA DO COMÉRCIO, 85
LISBOA

SUCURSAL

RUA INFANTE D. HENRIQUE, 73
PORTO

*Serviço rápido de passageiros para a África Ocidental e África Oriental,
Brasil e América do Norte*

FROTA DA C. N. N.

«Moçambique»	18.220 Ton.	«Sofala»	18.520 Ton.
«Angola»	18.250 »	«Moçâmedes»	12.990 »
«Quanza»	11.550 »	«Rovuma»	12.990 »
«Luabo»	3.030 »	«S. Thomé»	12.550 »
«Zambézia»	3.538 »	«Nacala»	5.130 »
«Lúrio»	3.538 »	«Tagus»	2.320 »
«Índia»	11.400 »	«Angoche»	1.950 »
«Timor»	11.400 »		Em construção
«Save»	2.680 »	«Niassa»	10.000 Ton. D. W.

AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO

Telef. 2 0244

Teleg. PAPELCAR

PAPELARIA CARLOS

DE — CARLOS FERREIRA, L. DA

34, RUA DO OURO, 38

LISBOA

Especialidade em livros para ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

Grande sortido de artigos para DESENHO E ESCRITÓRIO

Pedro d'Oliveira Telhado & C.^a



Rua dos Fanqueiros, 81 - 2.º

LISBOA

Telef. 25931 Teleg. Knoblock



Exportadores de Tecidos para as Colónias

Fornecedores das Entidades Officiais



Domingos de Lisboa



PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO

UMA das mais belas realizações que a Câmara Municipal de Lisboa empreendeu nos últimos anos é, sem dúvida, o Parque Florestal de Monsanto, onde os trabalhos de arborização se iniciaram em 1938.

Limitado por uma linha perimetral de 20.000 metros, e abrangendo uma área de 911 ha. (cerca de 1/8 da área da Cidade), o Parque está quase completamente povoado por mais de um milhão de árvores e arbustos, representando para cima de 150 espécies, onde predominam pinheiros, carvalhos, eucaliptos, cedros do Buçaco, acácias, ulmeiros, amendoeiras e zambujeiros.

Os locais de maior interesse são: os miradouros de Montes Claros, do Moinho de Vento, do Mochô, da Luneta dos Quartéis e da Ponte, o Parque Infantil e o Clube de Ténis.

Referindo-se a Monsanto, Raul Proença diz:

«O panorama que do alto das esplanadas do antigo forte se domina sobre a região de Lisboa é um verdadeiro deslumbramento pela luz, pela variedade, pela amplitude e pela grandeza».

PARA O PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO A CARRIS ORGANIZA EXCURSÕES AOS DOMINGOS E DIAS DE FERIADO NACIONAL, DEPOIS DAS 14 HORAS.

SERVEM TAMBÉM ESTE PARQUE OS «ELÉTRICOS» DA CARREIRA 18 E AUTOCARROS DAS CARREIRAS 14, 20 E 23



Sociedade Geral

de

Comércio, Indústria e Transportes

LISBOA

Carga e expediente: **Rua do Comércio, 39** Telefone: 30551

FRÓTA

n/m ÁFRICA OCIDENTAL . . .	1.560 T.	n/m CARTAXO	1.376 T.
n/m ALCOBAÇA	9.588 T.	n/m COLARES	1.376 T.
n/v ALCOUTIM	10.526 T.	n/m CONCEIÇÃO MARIA . . .	2.974 T.
n/m ALENQUER	6.588 T.	n/m CORUCHE	1.376 T.
n/m ALEXANDRE SILVA . . .	3.215 T.	n/v COSTEIRO	900 T.
n/m ALFREDO DA SILVA . . .	3.643 T.	n/m COSTEIRO TERCEIRO . .	1.426 T.
n/v ALFERRAREDE	2.118 T.	n/m COVILHÃ	1.376 T.
n/m ALMEIRIM	9.588 T.	n/v CUNENE	9.800 T.
n/v AMARANTE	12.600 T.	n/v FOCA	2.060 T.
n/m AMBRIZETE	9.245 T.	n/v INHAMBANE	9.619 T.
n/m ANA MAFALDA	3.643 T.	n/v LUSO	10.125 T.
n/m ANDULO	9.245 T.	n/v MARIA AMÉLIA	3.005 T.
n/m ANTONIO CARLOS	2.974 T.	n/v MELLO	6.253 T.
n/m ARRAIOLOS	9.588 T.	n/v MIRANDELA	8.280 T.
n/m BELAS	7.259 T.	n/m SÃO MACÁRIO	1.221 T.
n/m BORBA	7.259 T.	n/v SAUDADES	6.430 T.
n/m BRAGA	7.224 T.	n/v SILVA GOUVEIA	1.353 T.
n/m BRAGANÇA	7.224 T.	n/v ZÉ MANEL	1.240 T.

TOTAL: 196.277 TONELADAS

REBOCADORES:

«AFRICA», «CINTRA», «ESTORIL»,
«FREIXO», «SÃO CRISTOVÃO»,
«SOURE», «PRAIA DA ADRAGA»
E «PRAIA GRANDE»

33 Batelões (7 de 500 T., 24 de 400 T. e 2 de 250 T.).

25 Fragatas de (2.300 T.)

1 Barca de água (250 T.)

1 Draga «BARREIRO» com 5 Batelões de Dragadas com 80 m³ cada

EM CONSTRUÇÃO NOS ESTALEIROS DA C. U. F.

n/m «Rita Maria» de 3.600 T. e para 70 passageiros e n/m «Manuel Alfredo» de 3.600 T. e para 12 passageiros

CARREIRAS DE LISBOA PARA:

NORTE DA EUROPA • NORTE DE ÁFRICA • CABO VERDE • GUINE • ANGOLA
ARGENTINA • ESTADOS UNIDOS • TERRA NOVA • GROENLANDIA
E COSTA DE PORTUGAL

A COMPANHIA QUE MAIS NAVIOS TEM AO
SEU SERVIÇO. CONSTRUÍDOS EM PORTUGAL
NOS ESTALEIROS DA COMPANHIA UNIÃO
FABRIL NO BARREIRO E EM LISBOA

A marca mundial



FRIGORÍFICOS
 ASPIRADORES—ENCERADORAS
 MÁQUINAS DE COZINHA
 MÁQUINAS PARA LAVANDARIAS

ELECTROLUX, L.^{DA}

LISBOA

SEDE E EXPOSIÇÃO
 R. Pascoal de Melo, 7
 Telef. : 56115 — 4 linhas

EXPOSIÇÃO
 Av. da Liberdade, 141 1.º
 Telef. : 28246/32901



MACIEIRA

(REAL FINE
 EAU-DE VIE)

MAR CRIADA —
 — EM 1855

**FINE
 MACIEIRA** R. Ivens, 45 e 47
 Telefone 2 4678

MACIEIRA foi a única Aguardente Portuguesa
 que concorreu às seguintes exposições:

1889, Paris—Medalha de Ouro; 1894, Anvers—Hors C ou
 membro do Júri; 1900, Paris—Medalha de Ouro; 1904,
 Cap. Town—Medalha de Ouro; 1904, St Louis—Medalha de
 Ouro; 1908, Rio de Janeiro—Grande Prémio; 1915, Pa-
 nama-Pacífico—Medalha de Honra; 1915, Panamá-Paci-
 fico, Medalha de Ouro; 1922, Rio de Janeiro—Grande Prémio;
 1929, Macau—Prémio de Honra; 1930, Sevilha—Diplom de
 Honra; acima da medalha de Ouro) 1930, Anvers—
 Grande Prémio; 1932, Lisboa—Grande Prémio; 1934, Porto
 — Diploma de Honra.

SE NENHUMA OUTRA CONCORREU
 É PORQUE NENHUMA OUTRA EXISTIA

As suas reservas começadas em 1885 e o seu
 sucesso em todas as exposições internacionais
 garantem a sua superioridade

FÁBRICA DE LOIÇA
 DE SACAVÉM, L.^{DA}

TEL. P.B.X. FAIANÇAS TELEG.
 2 4958 DE LOIÇA
 2 3902 FANTASIA LISBOA

E DE USO DOMÉSTICO
 LOIÇA SANITARIA E
 DE GRÉS CERAMICO
 AZULEJOS-MOSAICOS

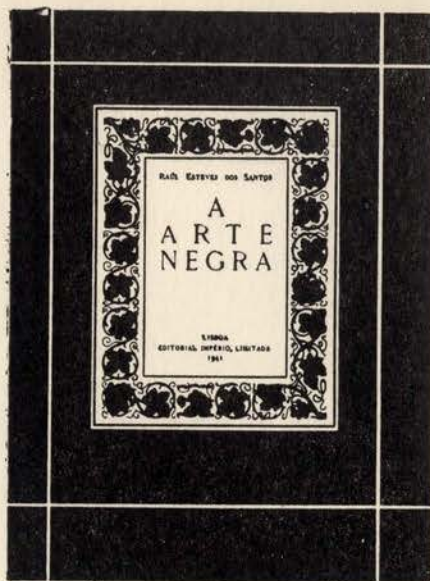
A MAIS PERFEITA FABRICAÇÃO

LISBOA

AV. DA LIBERDADE, 49 / 57

PORTO
 R. CARMELITAS, 40
 Tel. 22033

COIMBRA
 R. DR. RODRIGUES, 13
 Tel. 3546



«A ARTE NEGRA» — Dos primitivos processos da escrita à invenção da tipografia

DESTA EDIÇÃO FEZ-SE UMA TIRAGEM DE 1.000 EXEMPLARES EM PAPEL «VERGÉ» E 100 EXEMPLARES EM PAPEL «PLUMA», DESTINANDO-SE AO MERCADO 400 EXEMPLARES EM «VERGÉ» E 50 EM «PLUMA», TODOS NUMERADOS E RUBRICADOS PELO AUTOR

PEDIDOS ÀS LIVRARIAS OU À EDITORIAL IMPÉRIO, LDA.
151, Rua do Salitre, 155
LISBOA

TOSSE ?

HORAS CALMAS



COM

BENZO-DIACOL